



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Grazielle Helena Scheidt

**As sentenças relativas e a natureza sintática do pronome *que* na escrita
brasileira dos séculos 19 e 20**

FLORIANÓPOLIS

2018

Grazielle Helena Scheidt

**As sentenças relativas e a natureza sintática do pronome *que* na escrita
brasileira dos séculos 19 e 20**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Linguística.
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Rocha Martins.

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SCHEIDT, GRAZIELLE HELENA

As sentenças relativas e a natureza sintática do pronome
que na escrita brasileira dos séculos 19 e 20 / GRAZIELLE
HELENA SCHEIDT ; orientador, MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS,
2018.

81 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. ORAÇÕES RELATIVAS. 3. CONSTITUINTE
QUE. 4. SINTAXE DIACRÔNICA. 5. COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS. I.
MARTINS, MARCO ANTONIO ROCHA. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
III. Título.

Grazielle Helena Scheidt

**As sentenças relativas e a natureza sintática do pronome *que* na escrita
brasileira dos séculos 19 e 20**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr(a). Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr(a). Silvia Regina de Oliveira Cavalcante
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Linguística.

Prof. Dr. Atílio Butturi Júnior
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Marco Antonio Rocha Martins
Orientador

Florianópolis, 27 de agosto de 2019.

Este trabalho é dedicado ao meu marido, ao meu filho, ao meu irmão e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, para cujos mistérios e beleza nem mesmo uma linguagem inata e articulada como a nossa é capaz de desenvolver qualquer apreciação explicativa. À minha avó Zoraide, que já está junto Deles, mas que nunca deixou de estar ao meu lado.

Ao meu orientador, Marco Antonio Rocha Martins, minha gratidão eterna, não somente pela orientação acadêmica, como também pela relação franca e amiga que estabelecemos ao longo desses dois anos. À professora Izete Lehmkuhl Coelho, pela apaixonante disciplina de Sintaxe Tradicional, o início do meu interesse pelas sentenças relativas. À família Varsul, por me acolher e intensificar a minha admiração pela linguística e pela pesquisa científica.

Às minhas grandes e especiais amigas varsulin(d)as Ana Elisa, Carla, Cecília, Christiane, Érica, Helena, Heloísa, Juliana Flores, Gésyka, Vanessa e Taciane, que foram ouvidos e (a)braços atentos e acolhedores e que me ensinaram, quase sem querer, coisas que vão além da vida acadêmica, durante todo o meu percurso de mestrado.

À minha família, que esteve comigo em todos os momentos (sem exceção), especialmente ao meu pai, quem sempre me instigou para seguir a vida acadêmica, e à minha mãe, que foi, é e sempre será a melhor das amigas. Ao meu irmão, que me faz sentir a pessoa mais especial do mundo, ainda que ele é que seja. Ao meu marido Samuel, parceiro desta e de outras vidas, que foi o meu alicerce desde a minha graduação até a finalização desta etapa. À minha companheira de quatro patas, Lili, que me acompanhou em todos os dias e as noites durante os processos de leitura, de estudo e de escrita deste trabalho. E, por último, mas tão importante quanto, ao meu filho Bento que há três meses faz parte de mim e, mesmo ainda tão pequeno, contribui para que eu tenha vontade de seguir os próximos passos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal observar e descrever de que forma o constituinte relativo *que* se implementa na escrita brasileira como um pronome relativo de uso universal, dado que já existem inúmeros estudos que assim o veem a partir de resultados de dados reais de fala, mas poucos estudos que tenham levantado dados provenientes de estudos diacrônicos com a intenção de mapear a implementação desse constituinte na modalidade escrita da língua portuguesa brasileira. Os dados de escrita utilizados na presente pesquisa são de cartas pessoais manuscritas de escreventes adultos nascidos entre o fim do século 18 e começo do século 20 de diversos estados brasileiros, retiradas do corpus do Projeto Para a História do Português Brasileiro - PHPB. Para a análise dos dados, nosso trabalho foi baseado, principalmente, no modelo de competição de gramáticas proposto por Kroch (1989, [2003] 2001), que considera a observação empírica entre formas variáveis no curso do tempo como a competição entre diferentes formas geradas por diferentes gramáticas. Além disso, foram bastante importantes os resultados de estudos anteriores sobre a aquisição de sentenças relativas não padrão (nomenclatura trazida por Mollica (1977) e Tarallo (1983), autores pioneiros no estudo de orações relativas adquiridas naturalmente pelo falante de português brasileiro, para diferenciar essas estruturas daquelas aprendidas formalmente na escola e reproduzidas na escrita). A análise foi feita em busca de responder, principalmente, a seguinte questão: *Considerando um corpus de cartas pessoais escritas no Brasil nos séculos 19 e 20, qual trajetória o pronome que segue, nos dados analisados, no sentido de se tornar um relativo universal no PB? Através dos resultados obtidos, conseguimos confirmar que, na escrita brasileira dos séculos 19 e 20, o pronome que segue a mesma trajetória hierárquica proposta por Keenan e Comrie (1977).*

Palavras-chave: Cartas particulares. Sintaxe Diacrônica. Relativo *que*.

ABSTRACT

This dissertation aims to observe and describe in what way the relative constituent that is implemented in Brazilian writing as a relative universal pronoun, since there are already numerous studies that see it from real speech data results, but few studies that have collected data from diachronic studies with the intention of mapping the implementation of this constituent in the written mode of the Brazilian Portuguese language. The writing data used in the present research are from personal manuscript letters of adult scribes born between the end of the 18th century and beginning of the 20th century of several Brazilian states, taken from the corpus of the Project for the History of Brazilian Portuguese - PHPB. For the analysis of the data, our work was based mainly on the model of competition of grammars proposed by Kroch (1989, [2003] 2001), which considers the empirical observation between variable forms in the course of time as the competition between different generated forms by different grammars. In addition, the results of previous studies on the acquisition of non-standard relative sentences (nomenclature brought by Mollica (1977) and Tarallo (1983), pioneering authors in the study of relative sentences acquired naturally by the Brazilian Portuguese speaker, were very important to differentiate these structures of those learned formally in the school and reproduced in the writing). The analysis was made in order to answer, mainly, the following question: *Considering a corpus of personal letters written in Brazil in the 19th and 20th centuries, what trajectory is the pronoun that follows, in the data analyzed, in the sense of becoming a universal relative in PB?* Through the results obtained, we were able to confirm that, in the Brazilian writing of the 19th and 20th centuries, the pronoun follows the same hierarchical trajectory proposed by Keenan and Comrie (1977).

Keywords: Private letters. Diachronic Syntax. Relative that.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Adaptação da Tabela 6.28 de Tarallo(1983, p. 165).....	45
Tabela 2 - Números e porcentagens referentes às estratégias de relativização por função sintática.....	59
Tabela 3 - Números brutos e porcentagens, por metade de século e função, referentes à frequência de estratégias padrão, cortadora e resumptiva em toda a amostra.....	62
Tabela 4 - Números brutos e porcentagens das funções versus pronomes utilizados.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Amostra da escrita no Brasil dos séculos 19 e 20 – cartas pessoais.....56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estratégias de relativização por função sintática e metade de século.....	58
Gráfico 2 - Estratégias de relativização por função sintática.....	59
Gráfico 3 - Estratégias de relativização por metade de século.....	62
Gráfico 4 - Estratégias de relativização na posição de objeto indireto por metade de século.....	63
Gráfico 5 - Estratégias de relativização na posição de oblíquo por metade de século.....	64
Gráfico 6 - Estratégias de relativização na posição de genitivo por metade de século.....	65
Gráfico 7 - Funções das estratégias por pronome relativo utilizado.....	66
Gráfico 8 - Trajetória dos constituintes relativos seguindo as posições sintáticas.....	67
Gráfico 9 - Preposições utilizadas nas funções de objeto indireto, oblíquo e genitivo.....	69
Gráfico 10 - Percentual de estratégias <i> piedpiped </i> e cortadora por estado, no curso dos séculos 19 e 20.....	70
Gráfico 11 - Trajetória das estratégias <i> piedpiped </i> e cortadora na posição Oblíquo em cartas particulares brasileiras, do Rio de Janeiro e da Bahia, no curso dos séculos 19 e 20.....	73
Gráfico 12 - Trajetória das estratégias <i> piedpiped </i> e cortadora na posição Oblíquo em cartas particulares de Portugal, no curso dos séculos 19 e 20.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 QUESTÕES E HIPÓTESES	19
1.1.1 Questões.....	19
1.1.2 Hipóteses.....	20
2 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA EM INTERFACE COM A TEORIA GERATIVA DA GRAMÁTICA, PARA UM ESTUDO DIACRÔNICO DO MODELO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS.....	23
2.1 PALAVRAS INICIAIS – BREVE INCURSÃO NA LINGUÍSTICA DO SÉCULO XIX.....	23
2.2 ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS E COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS.....	25
2.3 PROBLEMAS ACERCA DA METODOLOGIA DE ESTUDOS COM DOCUMENTOS ESCRITOS E CARTAS PESSOAIS EM SINCRONIAS PASSADAS.....	29
3 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS	36
3.1 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS, SEGUNDO GRAMÁTICAS DE TRADIÇÃO LINGUÍSTICA.....	36
3.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS RELATIVAS EM PORTUGUÊS	41
3.2.1 As relativas oblíquas e as gramáticas do português: a linguística das probabilidades (TVM) aliada à linguística teórica (gerativismo)	43
3.3 O PROBLEMA A RESPEITO DAS RELATIVAS <i>PIEDPIPED</i> E O FOCO DE PESQUISA DESTE TRABALHO	51
3.4 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	54
4 AS SENTENÇAS RELATIVAS NA ESCRITA BRASILEIRA DOS SÉCULOS 19 E 20: INVESTIGANDO A NATUREZA DO SINTAGMA-Q.....	55
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	55
4.2 O QUE NOS MOSTRA A EMPIRIA?	58
4.3 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PASSOS PRÓXIMOS PARA PESQUISAS FUTURAS	76
6 REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresentamos uma pesquisa dedicada ao estudo de sentenças relativas no português escrito no Brasil do curso dos séculos 19 e 20. As sentenças relativas são orações subordinadas introduzidas por uma classe fechada de pronomes que, em português, têm o rótulo pronome-Q em sua raiz morfológica: *que, quem, qual, o que, quando, como, quanto e cujo*, com exceção do *onde* (cf. Gramática do Português Culto Falado, Kato e Nascimento, 2015). Mais especificamente, orações relativas são sentenças encaixadas por meio de um constituinte-Q que retoma formalmente um nome – que a depender da relativa pode estar ausente ou presente – chamado núcleo da oração principal. Por esta classificação, as sentenças relativas no português – e assumimos aqui a proposta de Kato e Nascimento (2015) para o Português culto falado no Brasil – dividem-se em dois grandes grupos: as com núcleo nominal presente e as com núcleo nominal ausente.

No grupo de estruturas com núcleo nominal presente, há a relativa restritiva, que é modificadora desse núcleo, “razão pela qual é chamada também de oração adjetiva e considerada adjunto adnominal pela tradição gramatical.” (KATO e NASCIMENTO, 2015, p. 242); e as relativas explicativas, que funcionam como aposto. No grupo de estruturas com núcleo nominal ausente, há as chamadas relativas livres.

Independentemente da presença do núcleo nominal, a principal característica das sentenças relativas é serem introduzidas por um constituinte-Q que retoma o núcleo da oração principal, e é este constituinte que torna a relativa uma oração subordinada. No entanto, mais do que introduzir uma oração relativa, o constituinte-Q modifica um sintagma nominal. Segundo Raposo *et al* (2013), a modificação do sintagma se dá pela natureza e a função que esses constituintes-Q desempenham na oração relativa; comportamentos estabelecidos por uma posição sintática que pode ser diferente da do núcleo na primeira oração.

Sobre a posição sintática dos constituintes relativos, Keenan e Comrie (1977) formulam uma Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) das sentenças relativas nas línguas naturais. Os autores, com base em dados de cerca de cinquenta línguas, argumentam que as línguas variam de acordo com as posições em que um sintagma

pode ser relativizado e que a variação não é aleatória. Eles alegam que a relativização de determinadas posições é dependente das outras posições e que essas dependências são universais (KENNAN e COMRIE, 1997, p.5).

Na Hierarquia proposta pelos autores para entender a aquisição das possibilidades sintáticas de relativização, quanto mais à direita da hierarquia, mais difícil e restrita seria a frequência ou o uso de relativização, seguindo a seguinte escala pela qual todos os falantes passariam para adquirir as relativas nas línguas naturais:

SUJ > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP

Segundo os autores supracitados, as duas primeiras, ou mais altas, posições da HA – sujeito e objeto direto – são as mais acessíveis para qualquer falante de uma língua natural. Já as quatro últimas posições da Hierarquia (objeto indireto, oblíquo, genitivo ou objeto de comparação), por conterem como característica um constituinte relativo preposicionado, conforme os exemplos de 01 a 04, são as possibilidades sintáticas de relativização que estão mais à direita, ou mais baixas, da HA e por isso são as menos acessíveis.

- (1) *Esta é a casa **de que** gosto.* (objeto indireto)
- (2) *Esta é a cidade **em que** moro.* (oblíquo)
- (3) *Este é o livro **cuja** capa está rasgada.* (A capa **deste** livro está rasgada - genitivo)
- (4) *Aquele menino **cujo** pai é mais alto **do que** o meu não conseguiu entrar no time.* (objeto de comparação)

Logo, segundo Keenan e Comrie (1977), seriam essas (exemplificadas de 01 a 04) as possibilidades mais difíceis ou mais tardias para aquisição.

Concernente a isso, estudos sobre a aquisição de Português tanto no PB, como os de Perroni (2001) e Grolla (2004), quanto no Português de Portugal (doravante PP), como os de Costa, Lobo, Silva e Ferreira (2009), trazem resultados que corroboram a

HA no sentido de mostrarem que crianças em fase de aquisição de linguagem, e até mesmo adultos (conforme Kato e Nascimento (2015)), produzem um número muito maior de sentenças relativas na posição de sujeito e de objeto direto. E, mesmo quando conseguem acessar as relativas das quatro posições mais baixas da HA – objeto indireto, oblíquo, genitivo e objeto de comparação – recorrem a estratégias não consideradas pelas gramaticais tradicionais, porque são variantes da língua falada, sintaticamente diferentes da estrutura padrão prescrita pelas normas tradicionais da Língua Portuguesa, a saber: relativa cortadora e resumptiva, que são consideradas variantes (ou não padrão) e relativa *piedpiped*, que é a considerada padrão. Essas estratégias na diacronia do PB serão retomadas e detalhadas ao longo desta Dissertação, com mais vagar, na seção 2.2 do capítulo 2.

Ainda que a variante resumptiva ocorra também nas posições mais altas da Hierarquia proposta por Keenan e Comrie (1977), as relativas mais difíceis são aquelas de sintagmas preposicionados consideradas como padrão. Para acessarem essas relativas, os falantes optam pelas duas estratégias não padrão em que a oração relativa é introduzida pelo complementizador *que*, e o antecedente é redobrado (no caso das resumptivas) ou não (no caso das cortadoras) por um pronome que concorde em gênero e número, conforme os exemplos 5 e 6:

(5) *Esta é a moça **que** mora perto da sua casa.* (Relativa padrão de sujeito)

5.1 *Esta é a moça **que ela** mora perto da sua casa.* (Relativa resumptiva de sujeito)

(6) *Esta é a moça **de quem** eu gosto.* (Relativa padrão de objeto indireto)

6.1 *Esta é a moça **que** eu gosto.* (Relativa cortadora de objeto indireto)

6.2 *Esta é a moça **que** eu gosto **dela**.* (Relativa resumptiva de objeto indireto)

Tal opção contribui para que o pronome *que* se torne um constituinte relativo universal. Retomando o que afirmou Bechara, citado por Tarallo (1983):

Frequentes vezes, a linguagem coloquial e popular despem o relativo de qualquer função sintática, tomando-o por simples elemento conectivo oracional. A função que deveria ser exercida pelo relativo vem mais adiante expressa por substantivo ou pronome. A este relativo chamamos universal.

(...) Embora a língua padrão recomende o correto emprego dos relativos, o relativo universal se torna, no falar despreocupado, um elemento linguístico extremamente prático. (BECHARA, 1964 *apud* TARALLO, 1983, p. 34)

Apesar de as orações relativas do Português Brasileiro serem tradicionalmente classificadas nas gramáticas de tradição linguística, e em muitos estudos sobre o assunto, a partir das três variantes: padrão, resumptiva e cortadora, estudos recentes na linha de Sintaxe Gerativa, especialmente o de Kenedy (2017), mostram que, na verdade, há apenas duas variantes disponíveis na língua: a resumptiva, mais antiga e presente em todas as línguas, conforme já afirmava Tarallo (1983), e a cortadora. Isto porque, para a Sintaxe Gerativa, interessam apenas os fenômenos linguísticos adquiridos naturalmente e não os aprendidos¹. No entanto, nesta pesquisa, consideraremos a estratégia padrão como uma variante, porque a metodologia adotada por nós parte de uma descrição empírica da variação atestada em cartas pessoais brasileiras, portanto segue os postulados da linguística histórica e da metodologia de pesquisa e análise proposta por Kroch (1989) e Conde Silvestre (2007).

O estudo empírico que apresentamos aqui toma por *corpus* textos escritos, ou mais especificamente cartas pessoais, no Brasil nos séculos 19 e 20. Todas as cartas utilizadas são do *corpus* Para História do Português Brasileiro (PHPB), disponível *online* em uma plataforma que contém transcrições diplomático-interpretativas de documentos manuscritos e impressos, organizados conforme o estado brasileiro e o século em que foram escritos/recebidos².

Além disso, também foram utilizadas todas as cartas manuscritas/cartas pessoais dos séculos 19 e 20 dos estados do Rio Grande do Norte (RN), Bahia (BA), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), São Paulo (SP) e Santa Catarina (SC), disponíveis no *site* do PHPB. Com exceção das de Santa Catarina, porque, por sermos integrantes do Projeto neste estado, tivemos acesso a mais cartas do que as disponibilizadas na plataforma digital.

A partir dos dados coletados e sistematizados extraídos das cartas, então, analisamos e buscamos mapear o processo de mudança linguística e gramatical

¹ Distinguimos aquisição de aprendizagem. Aquisição pressupõe línguas naturais, adquiridas naturalmente pelo falante e aprendizagem envolve um processo formal, geralmente escolar, para o aprendizado de segundas línguas (incluindo a escrita).

² *Corpus* online disponível no endereço <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>>

(distinção aqui empregada no sentido proposto por Lightfoot, 2003³) envolvendo as orações relativas no português escrito no Brasil no decorrer dos séculos 19 e 20. De modo mais específico, já que o constituinte relativo *que* é a chave para o acesso das variantes relativas naturalmente adquiridas (e, por isso, é considerado um constituinte de uso universal na língua) o nosso objetivo principal foi o de verificar se o pronome *que* entra na escrita brasileira como um constituinte de uso universal pela mesma trajetória hierárquica de aquisição de relativas proposta por Keenan e Comrie (1977). Ou seja, encontramos uma trajetória do *que* passando primeiro pelas relativas de sujeito até chegar às relativas oblíquas.

1.1 QUESTÕES E HIPÓTESES

Para chegar no nosso objetivo, partimos das seguintes questões de pesquisa:

1.1.1 Questões

Questão geral:

Considerando um *corpus* de cartas pessoais escritas no Brasil nos séculos 19 e 20, qual trajetória o pronome *que* segue, nos dados analisados, no sentido de se tornar um relativo universal no PB?

Questões específicas:

- i. Qual a implementação do pronome *que* com uso generalizado como pronome relativo na escrita brasileira dos séculos 19 e 20?
- ii. Nas relativas preposicionadas, quais preposições são mais favoráveis a licenciar o uso do constituinte *que* (a partir das variantes cortadoras e resumptivas)?

³ Lightfoot (2003, p.291) propõe distinção entre as mudanças “que se devem ao acaso” (as linguísticas) e aquelas que se devem “à necessidade, ou seja, novas fixações de parâmetro” (as gramaticais).

- iii. A implementação do *que* como um pronome relativo de uso generalizado se dá a partir de uma distribuição regional no Brasil dos séculos 19 e 20?
- iv. A variação nas estratégias de relativização que encontramos na escrita brasileira do período analisado se dá no sistema linguístico do Português Brasileiro (ou seja, é uma variação de diferentes estados do PB) ou é uma variação proveniente das formas alternativas no repertório de conhecimento linguístico do escrevente (ou seja, é uma variação de gramáticas) refletindo um processo de competição de gramáticas?

1.1.2 Hipóteses

Para responder aos nossos questionamentos, propomos as seguintes hipóteses:

Hipótese Geral:

O constituinte *que* entra como um constituinte de uso universal no PB pela mesma trajetória hierárquica de aquisição de relativas proposta por Keenan e Comrie (1977), já que os falantes recorrem às estratégias cortadoras e resumptivas especialmente na produção das relativas que estão nas posições mais baixas da hierarquia, as preposicionadas, consideradas as mais difíceis no processo de aquisição.

Hipóteses específicas:

- i. O *que* se implementa na escrita brasileira dos séculos 19 e 20 primeiro nas relativas de sujeito, depois nas relativas de objeto direto, só depois segue pelas posições mais baixas, as preposicionadas.
- ii. O escrevente opta pelo uso do *que* nos contextos sintáticos em que a preposição é requerida. Acreditamos que as preposições lexicais – como *em*, *sobre* etc - serão mais suscetíveis ao apagamento nas relativas preposicionadas; diferentemente das chamadas funcionais – como *a*, *de* etc.
- iii. Martins (2018), num estudo sobre a sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do PB, aponta que a escrita da Região Sul do Brasil é mais

conservadora e que as formas inovadoras aparecem com mais frequência no Nordeste. Acreditamos que este seja o caso também em se tratando das sentenças relativas.

- iv. Será possível assumir a variação encontrada nas cartas como um reflexo de competição de gramáticas (no sentido proposto por Kroch, 1989). Sendo uma gramática em que o *que* não é um complementizador e sim um pronome relativo, e essa gramática pode ser a do Português Clássico ou a do Português Europeu, conforme acreditava Tarallo (1983); e outra gramática em que o *que* deixa de ser pronome relativo nas relativas e passa a ter outro *status*, como o de um complementizador, como propunha Tarallo (1983), configurando uma gramática que não licencia mais todos os pronomes relativos, e essa gramática seria a do Português Brasileiro.

Para buscar verificar nossas hipóteses de trabalho, organizamos esta Dissertação em três capítulos, além das Considerações Finais. A organização dos capítulos é a seguinte:

No capítulo 1, *Pressupostos teóricos*, discutimos alguns dos problemas que envolvem a metodologia de pesquisa com cartas escritas de sincronias passadas. Para tanto, fazemos uma breve introdução à Linguística Histórica, considerando a discussão proposta por Conde Silvestre (2007), bem como defendemos o modelo de competição de gramáticas proposto por Kroch (1989, [2003] 2001).

No capítulo 2, *As estratégias de relativização em português*, revisitamos conceitos e estudos sobre as estruturas relativas em português, apresentando um panorama das discussões presentes na literatura acerca dessas construções, tais como aquelas discussões que diferenciam as estruturas adquiridas das estruturas aprendidas. Apresentamos os diferentes tipos de estruturas classificadas como padrão e não padrão e discutimos as diferenças existentes entre elas, atribuindo maior enfoque ao uso do constituinte-Q *que* como requisito de diferenciação entre as estruturas. Ainda, comentamos, sucintamente, as diferenças expostas na literatura quanto ao que se considera estrutura relativa própria do Português Brasileiro e própria do Português de Portugal, visto que os gramáticos portugueses pouco relacionam as

orações relativas não padrão à língua portuguesa de Portugal, ainda que existam estudos recentes mostrando a antinaturalidade de sentenças *piedpiped* (Kenedy, 2017) em todas as línguas naturais, indistintamente.

No capítulo 3, *Metodologia e análise de dados*, apresentamos os dados coletados das cartas escritas por escreventes adultos de diversas partes do Brasil, bem como a metodologia adotada por nós.

Por fim, apresentamos as análises dos dados e as considerações finais para fechar a discussão e apontar os passos próximos para pesquisas futuras.

2 A LINGUÍSTICA HISTÓRICA EM INTERFACE COM A TEORIA GERATIVA DA GRAMÁTICA, PARA UM ESTUDO DIACRÔNICO DO MODELO DE COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS

É fato indiscutível que as línguas mudam com o passar do tempo. “Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo” (FARACO, 2005, p. 14). O grande desafio dos filósofos e linguistas, então, é buscar uma explicação de por quê e como as línguas mudam...

2.1 PALAVRAS INICIAIS – BREVE INCURSÃO NA LINGUÍSTICA DO SÉCULO XIX

Na primeira metade do século XIX os comparativistas históricos buscaram uma regularidade da mudança linguística a partir do estudo do Sânscrito, na perspectiva de comparar diferentes línguas, buscando afinidades a fim de definir uma protolíngua. Apesar de olharem a mudança apenas pela comparação da modalidade escrita, os comparativistas fizeram um importante trabalho empírico que serviu para descrever as línguas, comparando-as umas com as outras.

Enquanto os comparativistas buscavam “reconstruir formas”, os neogramáticos, na segunda metade do século XIX, buscavam “regularizar as formas” a partir de um conceito de gramática que se opunha à filologia clássica– em que gramática era associada a uma língua bem escrita, à oratória, à literatura, à escrita clássica etc (cf. TARALLO, 1990). Mais do que comparar estruturalmente, investigaram a relação entre as formas para delinear um novo conceito de língua. Nesta busca, os neogramáticos cunharam o conceito de idioleto, associado à língua do indivíduo. Enquanto para os comparativistas a língua era vista como instituição, para os neogramáticos a língua era vista como individual e, portanto, para estudá-la seria preciso estudar o indivíduo.

A partir desse conceito de idioleto, os neogramáticos propõem a mudança como algo associado a uma acomodação fisiológica dos fonemas. Para que houvesse mudança, então, seria preciso que o idioleto do indivíduo se modificasse ou a partir

do uso (considerado um artefato posterior a língua) e do somatório de diferentes idioletos, ou no uso intrínseco do próprio indivíduo; mas sempre mudança condicionada por acomodação fonética.

A fim de regularizar as formas e buscar por uma concepção de herança forte dos neogramáticos, os estruturalistas, no início do século 20, ainda vão buscar regularizar as formas, mas na definição de um sistema. Pelo pouco que se pode recortar de toda linguística do século 19, o século 20 não poderia nada mais que buscar explicar que estas formas estão associadas à ideia de um sistema. Nesse contexto, os estruturalistas vão “comprar” uma proposta em respeito à mudança linguística que estará dentro de uma concepção de língua fechada e homogênea. A proposta do estruturalismo é considerar que, para a linguística, interessa olhar para a língua, deixando de focalizar o uso para entender o funcionamento dela.

Embora compartilhe muitas propriedades com o estruturalismo, o gerativismo carrega a ressalva de que a Língua a ser estudada na linguística está na mente do indivíduo (a Língua-I), ao passo que para o estruturalismo a língua é um objeto compartilhado no meio social. Chomsky se propõe a compreender os processos mentais que desencadeiam a produção e a compreensão dos enunciados linguísticos dos falantes. A linguagem, sob a perspectiva do gerativismo, é algo biológico (a *faculdade da linguagem* - FL) e componente da mente humana, assim como a memória, o pensamento, o raciocínio etc, e, por ser inata, é um componente que agrega diferentes línguas desenvolvidas em diferentes instâncias e ativadas pela aquisição da linguagem.

O principal objetivo dos gerativistas é construir uma teoria da FL para explicar (e não descrever, como objetivavam algumas das teorias que os antecederam) os processos que envolvem a capacidade mental de produzir e compreender sentenças. A esta teoria atribuíram o nome de *Gramática Universal* (GU). Nesta perspectiva, *gramática* significa não só o conjunto de conhecimentos mentais que envolvem a produção de sentenças, como também o aparato teórico para explicitação desse conjunto de conhecimentos. Além disso, o termo *universal* designa uma habilidade comum a todos os falantes de todas as línguas. É por isso que se diz que a Linguística Gerativa está interessada nos universais linguísticos, entendidos pelos gerativistas como o conjunto de propriedades gerais e universais da linguagem humana, e, nesse sentido, diferente de outras noções de “universais linguísticos”.

Dentro da concepção Gerativa de Gramática, a mudança gramatical só é considerada se houver uma alteração no parâmetro da língua. A noção de parâmetro foi reconstruída, repensada e reelaborada ao longo do tempo. Resumidamente, parâmetros são feixes abstratos de propriedades estruturais (LIGHTFOOT, 2003, p. 495) cujo movimento resulta na diferenciação entre as línguas.

Diante desta perspectiva de análise, entenderemos a mudança linguística de acordo com o conceito da Teoria Gerativa em que a observação do fenômeno em variação no contínuo diacrônico possa ser estudada por meio da competição entre diferentes gramáticas.

2.2 ANÁLISE DE DADOS EMPÍRICOS E COMPETIÇÃO DE GRAMÁTICAS

A fim de discutir fatos relacionados à origem da mudança propostos pela Teoria Gerativa e apresentar a noção de regra variável, conforme assertado pela sociolinguística variacionista, queremos defender como a Teoria Gerativa pode explicar a variação na gramática, assim como a Sociolinguística pode explicar a variação no sistema (na comunidade) (cf. MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015).

Segundo Martins, Coelho e Cavalcante (2015), o casamento entre a Sociolinguística e a Teoria da Gramática, denominado de Sociolinguística Paramétrica, ganhou novo olhar desde os trabalhos de Tarallo e Kato (2007). A partir de então, há quem discorde dessa nova proposta por unir duas teorias que, isoladamente, discordam sobre a concepção de língua e de mudança linguística.

“(...) para a Teoria de Variação e Mudança, no modelo sociolinguístico, a heterogeneidade é inerente à língua (ao sistema) e a variação está na língua (no sistema); ou seja, a variação é intralinguística (Weinreich, Labov e Herzog, 2006). Já para a Teoria de Princípios e Parâmetros, os parâmetros marcados pelo período da aquisição de uma língua natural dão conta da variação entre diferentes gramáticas (Linguas-I); ou seja, a variação é interlinguística (Chomsky e Lasnik, 1993; Lightfoot, 2002).” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p. 221)

Apesar dessas diferenças gerarem contradições na comparação de uma e de outra teoria, a Sócio Paramétrica tem sido uma relação que contribui para os estudos de variação e mudança dos fenômenos sintáticos no PB. Em se tratando de orações

relativas, podemos citar o trabalho de Tarallo (1983), por exemplo, melhor discutido na seção 2.3 do capítulo 2.

Junto com a Paramétrica, e ampliando os interesses dos gerativistas por estudos diacrônicos, ganha cada vez mais espaço no Brasil o modelo de competição de gramáticas, postulado por Kroch (1989) e apontado por Martins, Coelho e Cavalcante (2015, p. 222) como “uma nova fase dos estudos em mudança paramétrica”.

Assim, os autores defendem essas duas propostas teóricas de interface entre a Teoria de Variação e Mudança e a Teoria da Gramática, indicando que ambas se fazem sempre necessárias para a explicação dos fenômenos sintáticos “tendo em vista o fato de não ser o foco da TVM a explicação linguística em si e por si, mas a teorização do processo de mudança linguística, entendendo sempre como o resultado um processo de Variação.” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p. 222). Para isso, eles abordam quais são os ganhos e quais as perdas, no que tange à questão da variabilidade linguística, desses trabalhos de interface, através de um panorama de estudos realizados com base em ambas as propostas, mediados e justificados por dois pontos de vista:

“(i) o estudo de uma Teoria Formal servirá para levantar hipóteses internas sobre fenômenos em variação sintática e interpretá-los; (ii) a discussão sobre variação dos fenômenos linguísticos escolhidos poderá mostrar resultados estatísticos capazes de atestar as hipóteses teóricas levantadas ou de prever novas hipóteses a partir das propriedades sintáticas atestadas nas análises empíricas.” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p.222)

Para defender as interfaces, os autores retomam uma grande questão: “*como conciliar tal concepção de gramática com a proposta de variabilidade ordenada defendida pela Teoria de Variação e Mudança?*”, dando como resposta um ponto relevante para a diferenciação entre os modelos da Sócio Paramétrica e da competição de gramáticas. Eles entendem sistema linguístico e gramática como concepções diferentes, estando no primeiro modelo a heterogeneidade ordenada e sendo o segundo como a Língua I, homogênea. Também, destacam que o sistema linguístico é o somatório de Línguas -I e da Língua -E nos diferentes contextos de uso.

Dessa forma, a Sócio Paramétrica propõe a harmonia transistêmica, assumindo a variabilidade linguística “como parte de uma mesma gramática” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p.245) para estudar a variação intralinguística, fazendo interface com a Teoria Gerativa (que pressupõe que a variação seja

interlinguística). Por consequência, quando observada uma língua no curso dos séculos, os padrões na empiria de fenômenos em variação e/ou mudança podem reportar a diferentes estados de uma mesma língua. O objeto de interesse da Sócio Paramétrica, então, não é discutir se existem uma ou mais gramáticas dentro de uma mesma língua ou de um mesmo sistema, mas sim considerar vários estados de uma mesma língua num contínuo diacrônico, entendendo que a heterogeneidade linguística está na gramática.

Ao contrário, o modelo de competição de gramáticas “parte da premissa gerativista de que a variação é apenas interlinguística” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p. 246), ou seja, “uma mudança na gramática (na alteração de um parâmetro) de uma língua reflete na variação (isto é, competição) no sistema no curso do tempo.” (MARTINS, COELHO e CAVALCANTE, 2015, p. 246). Valendo-se do tratamento estatístico dos dados seguindo a Teoria de Variação e Mudança, esse modelo tenta mostrar como a mudança paramétrica pode ser analisada pelo viés da competição de gramáticas, considerando que variação pressupõe diferentes gramáticas, e não diferentes estados de uma mesma língua.

Como dissemos anteriormente, este estudo utilizará a interface entre Sociolinguística Histórica e a Teoria Gerativa pelo viés do modelo de Competição de Gramáticas (Kroch, 1989, 2003 [2001]), que é uma maneira diferente de trabalho para o estudo da mudança. Neste modelo, é adotado o conceito de mudança da Teoria Gerativa “entendendo que a observação empírica entre formas variáveis no curso do tempo é a competição entre diferentes formas geradas por diferentes gramáticas” (MARTINS, 2013, p. 10).

Além do conceito de mudança, o de implementação também é adotado da Teoria Gerativa “segundo a qual uma mudança se implementa na gramática de uma língua quando, no período de aquisição, a criança adquire um parâmetro diferente daquele associado à gramática alvo” (MARTINS, 2013, p. 11). Sendo assim, o estudo da mudança sintática no modelo de Competição de Gramáticas é apresentado como “uma falha na transmissão de traços linguísticos” (KROCH, 2003[2001], p.2), e a mudança será o resultado desta falha.

Embora o entendimento sobre falhas de transmissão seja limitado, no campo da sintaxe gerativa a mudança não se resume na substituição de um traço por outro, como a substituição de uma palavra por outra, por exemplo. Somente a falha de transmissão durante o período de aquisição da linguagem, quando as evidências para a fixação de algum parâmetro se mostram fracas, e determinada geração falha em adquirir um traço em vez de outro a ponto de provocar uma reanálise gramatical, recai em mudança sintática. No entanto ainda que a mudança aconteça de forma abrupta em uma geração de falantes, ela não se mostra abrupta na comunidade de fala, porque se trata de um processo longo e gradual.

Segundo Kroch (2003[2001], p.4), é em razão do processo imperfeito na aquisição da linguagem que devemos ir além da idealização gerativista de uma aquisição abrupta por um falante ideal (conforme a teoria gerativa da década de 1960. Depois de 1980 essa noção se alterou). Segundo os pressupostos da gramática gerativa, a variação na sintaxe reflete na presença de duas gramáticas diferentes, e a mudança paramétrica pode ser observada na frequência de uso dessas gramáticas ao longo do tempo.

Para Kroch (2003[2001]), a competição de gramáticas é o reflexo de “uma população mista na qual alguns falantes tenham a fixação paramétrica antiga e outros, a nova.” (KROCH, 2003[2001], p.31). Em meio a uma situação de diglossia com relação à fixação paramétrica, os falantes aprenderão ambos os parâmetros. Por isto, o autor afirma que “não é surpresa que os membros de uma comunidade devem convergir mais ou menos na mesma frequência de uso de um conjunto de variantes disponíveis, tampouco que essa frequência deva variar ao longo do tempo.” (KROCH, 2003[2001], p.33)

Ainda de acordo com Kroch (2003[2001]), o que distingue o vernáculo (a língua adquirida pelo falante na infância) de uma língua de prestígio aprendida um pouco mais tarde na vida é a assimetria entre as duas. A primeira tem vantagem sobre a segunda e permanece por mais tempo, inclusive em textos escritos:

Sob esse modelo, a gradação encontrada em textos não deve refletir qualquer mecanismo básico de mudança linguística, mas sim o bilinguismo psico e sociolinguístico. A mudança real (abrupta) na fixação de parâmetro teria ocorrido no vernáculo sem ser observada e somente sua competição com o uso escolarizado conservador seria acessível para ser estudado nos textos. (KROCH, 2003, p. 33)

Então, para um estudo plausível sobre mudança sintática, são interessantes os casos de mudança ao longo do tempo, na diacronia, para observar como “as formas em competição podem se diferenciar no registro social, com uma variante vernacular lentamente guiando uma variante escrita fora de uso.” (KROCH, 2003[2001], p.6)

Com a hipótese de que a variação entre as estratégias padrão (*piedpiped*) e não-padrão (cortadora e resumptiva) seja reflexo da competição de diferentes gramáticas, uma vernacular e uma de prestígio, traremos dados reais de cartas pessoais escritas no curso dos séculos 19 e 20 no Brasil, na tentativa de corroborar com estudos anteriores que mostram que as relativas *piedpiped* não são facilmente acessadas (ou, quiçá, adquiridas naturalmente) pelos falantes brasileiros e tentar entender de que forma a situação de diglossia em ambas as línguas se mostra na medida em que os falantes utilizam diferentes estruturas ao longo do tempo. Para delinear a frequência de uso das duas gramáticas, que, acreditamos, estão em competição, pretendemos analisar a entrada do *que* que se torna um relativo universal em meio à frequência de uso das variantes disponíveis e verificar se este constituinte se implementa na língua pela mesma trajetória proposta através da HA por Keenan e Comrie (1977).

2.3 PROBLEMAS ACERCA DA METODOLOGIA DE ESTUDOS COM DOCUMENTOS ESCRITOS E CARTAS PESSOAIS EM SINCRONIAS PASSADAS

Segundo Freitag (2008), a linguística histórica tradicional examina a inovação, a criação de novas variantes. Dessa forma, é uma parte da linguística que examina textos históricos existentes que documentam uma língua em diferentes estágios no passado e presente. Conseqüentemente, pressupõe inovações, mas normalmente não tem uma amostra de textos suficientemente grande ou representativa para ser capaz de caracterizar efetivamente a propagação de uma mudança.

Como resultado, há uma divisão no estudo de linguística histórica, entre a linguística histórica tradicional e a linguística sócio-histórica. Conforme Matos e Silva (2008, p. 8), “a história de uma língua, como a língua dos homens, como diz M. Foucault, ‘não é uma duração: é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e

se envolvem uns nos outros. (2000[1972]: 293)”. A autora, em se tratando de linguística histórica, considera que haja duas grandes vertentes: a *lato sensu*, que é um trabalho linguístico baseado em corpora, com dados geográficos, dialetológicos e sociolinguísticos; e a *scrito sensu*, que trabalha com o porquê e com o como as línguas mudam ao longo do tempo, assimilada a concepção mais tradicional de linguística histórica.

Dentro da linguística *scrito sensu*, a vertente que interessará a este nosso trabalho, a autora ainda apresenta duas subdivisões, que são: a linguística histórica sócio-histórica e a linguística diacrônica associal. Essas são concepções que interessarão a nós, porque, no viés da linguística histórica sócio-histórica, pretendemos considerar fatores extra e intralinguísticos do fenômeno a ser estudado por uma perspectiva que será explicada adiante. E, no viés da linguística diacrônica associal, pretendemos trabalhar os fatores intralinguísticos utilizando o gerativismo diacrônico para entender quais seriam os contextos que permitem com que a variação seja natural aos indivíduos diante do fenômeno da relativização.

Considerando que esta pesquisa tem como objeto de estudo dados de escrita, isto é, dados retirados em cartas pessoais, trazemos alguns postulados da Sociolinguística Histórica que foram utilizados neste trabalho. A disciplina Sociolinguística Histórica surgiu na década de 1980 (cf. ROMAINE, 2009[1982]; CONDE SILVESTRE, 2007) e propôs unir os métodos de análise da Sociolinguística Variacionista, centrada nos dados de fala, com os da Linguística Histórica, focada na escrita, para pesquisar fenômenos linguísticos em textos antigos.

De acordo com Conde Silvestre (2007), a informação de que se dispõe em material escrito é “fragmentada, escassa e sem vínculo com a produção real de seus falantes” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35, tradução nossa), por isso, a quantidade de variáveis linguísticas é menor que os dados linguísticos disponíveis na sociolinguística sincrônica. Segundo o autor, os textos, muitas vezes, aparecem isolados e desprovidos de seu contexto original, e, além disso, há poucas variedades de registros escritos e não há uma produção vasta de falantes de todas as classes sociais.

Desse modo, um dos problemas da Sociolinguística Histórica é a reconstrução dos fatores extralinguísticos que podem estar relacionados com a variação linguística. Para complementar essas informações sobre o contexto social do passado, Conde

Silvestre (2007, p. 53) aponta que além da história social, outros métodos, como análises de estilo e registro, podem ajudar na investigação do material histórico sobrevivido no tempo. O autor (2007, p. 58) ainda assevera que

os métodos de reconstrução estilística empregados pela Sociolinguística Histórica devem superar as aproximações em noção de estilo inspiradas nas relações unilaterais entre os componentes do ato de fala e as baseadas quase exclusivamente no grau de controle que cada falante impõe ao seu discurso, pois as variáveis discursivas que podem incidir na variação socioletal são abundantes e diversas (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 58, tradução nossa).

Nesta perspectiva, para uma reconstrução completa em dados de escrita, Conde Silvestre (2007, p. 59) aponta dois fatores (cf. MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 98- 103 *apud* CONDE SILVESTRE, 2007):

1 Fatores pessoais, que incluem: (a) o falante e o controle que este exerce sobre sua produção linguística, além das restrições histórico-geográficas e sociolinguísticas às que está submetido; (b) os interlocutores, a quantidade dos que participam na interação (estabelecendo com o falante relações bilaterais ou multilaterais), e a atenção que, como audiência, prestam à mensagem (monitorada ou casual segundo o tratamento dos interlocutores investigados diretamente ou não); e (c) o tipo de relação que se estabelece entre eles (íntima, formal, casual, etc.), manifestada, por exemplo, no exercício de poder e/ou de solidariedade.

2 Fatores não pessoais, que compreendem: (a) elementos discursivos como o tema (formal ou informal, pessoal ou não), o tipo de comunicação (monólogo, conversa dirigida, conversa livre) e o gênero discursivo (narrativo, expositivo, argumentativo); e (b) elementos contextuais, como o lugar (familiar ou não), o momento em que ocorre a interação comunicativa (adequada ou não), e o tipo de atividade pública ou privada que com ela se desenvolve (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 59, tradução nossa).

Esses fatores devem ser considerados, tendo em vista a natureza variante e evolutiva das línguas, de modo que os objetivos da investigação incluam:

(a) a reconstrução das variações que afetam as relações entre todos os componentes do evento de fala que servem para definir os estilos nas diferentes comunidades históricas; e (b) a identificação das próprias variações estilísticas e das funções e significados associados a elas, que surgem, variam ou desaparecem em razão da interação das relações entre os componentes do evento de fala (TRAUGOTT; ROMAINE, 1985, p. 30 *apud* CONDE SILVESTRE, 2007, p. 60).

Conde Silvestre (2007) destaca também que para reconstruir e delimitar os estilos no passado das línguas, é necessário observar o tipo de documento escrito que será investigado, dado que, de acordo com o tipo de texto, pode haver mais (ou

menos) informação contextual sobre os interlocutores.

O autor afirma que não há uma forma definida de reconstrução das variáveis sociais a partir do estudo de estilos e registros de sincronias passadas. Para reconstruir essas variáveis, ele aponta que dependerá dos dados encontrados e das possibilidades de combinar os fatores pessoais e os não pessoais com a frequência de uso de determinadas variáveis linguísticas em textos selecionados, mesmo considerando o grau de complexidade estilística de cada texto.

Assim como Conde Silvestre (2007), Kroch (1989) trabalha com um problema metodológico que parece ser central nos estudos históricos não só da linguística, como também de outras disciplinas, a escassez de dados que são limitados devido ao passar do tempo. Além disso, em se tratando de sintaxe histórica, o domínio de nossos estudos, “fazer o bom uso de maus dados” (cf. LABOV, 1994, p.11) se torna um problema ainda maior, porque para realizarmos análises gramaticais através de um estudo diacrônico precisamos de documentos incólumes; ao contrário de estudos experimentais que podem obter seus dados e informações por meio do que Kroch (1989) chama de “línguas vivas”⁴, através de julgamentos de aceitabilidade dos falantes, por exemplo.

No entanto, ainda que encontremos dificuldades inerentes ao nosso modelo metodológico de pesquisa, as informações que conseguimos obter são suficientemente boas para afirmarmos algumas questões acerca dos nossos objetos de estudo. Diante disto, Kroch (1989) defende que a dificuldade pode ser amenizada se duas suposições razoáveis forem feitas:

- 1) Considerar que o passado é como o presente e os princípios gerais derivados do estudo das línguas vivas no presente também serão arcaicos. Essa suposição permite que o sintaticista histórico, nas palavras de Labov, "use o presente para explicar o passado (LABOV, 1975a)".
- 2) Para sentenças razoavelmente simples, se um certo tipo não ocorre em um *corpus* substancial, então não é gramaticalmente possível na linguagem desse *corpus*. (KROCH, 1989, p. 1, tradução nossa)⁵

De qualquer forma, o autor nos atenta para o fato de que estudar o processo de mudança linguística requer um método muito diferente da análise gramatical. Para

⁴ Originalmente: “living languages”

⁵ Originalmente: 1) The past is like the present and general principles derived from the study of living languages in the present will hold of archaic ones as well. This assumption allows the historical syntactician to, in the words of Labov, "use the present to explain the past (Labov, 1975a)." 2) For reasonably simple sentences, if a certain type does not occur in a substantial corpus, then it is not grammatically possible in the language of that corpus. (KROCH, 1989, p. 1)

Kroch (1989), o objetivo da análise gramatical, aplicada a uma linguagem particular, é construir uma representação explícita e finita do conjunto de sentenças ou tipos de sentenças possíveis nele, em que a linguagem é concebida, sob a idealização familiar, como falada e aprendida em um ideal, como em uma comunidade de fala homogênea, por exemplo. O objetivo da teoria gramatical é especificar, para o conjunto de possíveis linguagens humanas, as restrições que todas as gramáticas devem obedecer. No nível da gramática universal e particular (cf. Chomsky), as representações construídas são estáticas e, sendo assim, seguem os critérios mais lógicos de boa formação para as línguas. A perspectiva gramatical, defendida por Kroch (1989), no entanto, não fornece vocabulário para a discussão do processo. De acordo com o autor, “Quando uma linguagem muda, ela simplesmente adquire uma gramática diferente. A mudança de uma gramática para outra é necessariamente instantânea e suas causas são necessariamente externas.”⁶ (KROCH, 1989, p. 2).

Para defender o seu ponto de vista, Kroch (1989) cita Saussure e finaliza o raciocínio dizendo que os fenômenos linguísticos podem ser estudados fora do sistema da língua, porque as mudanças nunca afetam o sistema como um todo, mas sim um ou outro de seus elementos. Afirmação que nos permite lembrar do problema “Como os falantes continuam usando a língua enquanto ela muda?”, apontado por Weinreich, Labov e Herzog em seu texto clássico de 1968, “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”.

A resposta para “Como a língua muda?” ainda não é, de todo, definida. Para a linguística gerativa (Lightfoot, 2003), por exemplo, as mudanças ocorrem em períodos geracionais, quando a nova geração adquire uma gramática diferente da geração anterior. Mas, ainda que defendamos isto, ao trabalharmos com documentos antigos, não podemos deixar de atribuir importância aos fatores externos, geralmente sociológicos, segundo Kroch (1989), no processo de mudança linguística, que, por serem documentados e estarem expostos ao conservadorismo da modalidade escrita da língua, podem não se mostrar graduais. Ou seja, ainda que os textos antigos

⁶ Originalmente: “When a language changes, it simply acquires a different grammar. The change from one grammar to another is necessarily instantaneous and its causes are necessarily external.” (Kroch, 1989, p. 2)

utilizados por nós sejam registros de uma língua que esteve em uso, pelo menos no uso dos registros de atividades humanas do passado, não refletem uma língua de falantes e ouvintes ideais, em um ambiente homogêneo, mas sim de pessoas reais que adquiriram e aprenderam a usar as diferentes formas da língua em ambientes linguisticamente heterogêneos (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 2006).

No texto *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, (doravante WLH), abstraindo a partir das formas, constroem um texto clássico sobre a mudança linguística, em meio à tradição dos estudos da mudança e ao campo da variação para o sistema linguístico. WLH vão propor os fundamentos empíricos para a teoria da mudança que acabam fundando um modelo teórico para a variação linguística. A partir da regra de heterogeneidade ordenada, eles trazem à tona a ideia de regra variável, que é a grande resposta para que as pessoas continuem a falar ainda que haja variação.

É por conta da heterogeneidade linguística que Kroch (1989) afirma que, de geração em geração, as pessoas vivem em ambientes de bilinguismo e diglossia porque, em meio às diferenças, conhecem mais de um sistema gramatical e podem, assim, alternar de maneira fluente entre formas e sistemas diferentes. O autor defende que o estudo do uso da linguagem, ainda que não seja um interesse direto da gramática gerativa, é importante por permitir o estudo das escolhas que as pessoas fazem entre formas alternativas do seu repertório linguístico (língua-E) e do seu conhecimento gramatical (língua-I). Com isso, ele chama a nossa atenção para o fato de que a variação refletida nos documentos históricos pode estar relacionada não necessariamente à mudança linguística pela marcação de novos parâmetros da língua, mas às escolhas influenciadas pelo contexto e/ou situação em que o escrevente estava inserido.

Então, resta-nos perguntar: Como, ou melhor, quando, na teoria proposta por Kroch (1989), podemos atestar mudança linguística de fato? Defendendo que a mudança linguística procede de contexto a contexto, com novas formas aparecendo primeiro em um contexto restrito e se espalhando para outros somente depois, a resposta do autor é centrada na ideia de que as mudanças linguísticas seguem uma curva em forma de “S” indicando uma mudança quantitativamente progressiva e incontestável. Para garantir que seja mudança, a curva em “S”, a qual o autor se refere, tem que, necessariamente, envolver mais de um fenômeno linguístico em

variações concomitantes de diferentes contextos. Assim, a variação linguística, para ser atestada através de documentos históricos, precisa ser reflexo da marcação de diferentes parâmetros provenientes da variação de diferentes fenômenos da língua ocorridos concomitantemente e com resultados estatisticamente parecidos.

Visto isso, neste trabalho abordaremos apenas um aspecto do fenômeno de variação nas sentenças relativas manuscritas em cartas brasileiras dos séculos 19 e 20, por isso, não conseguiremos atestar nenhum processo de mudança linguística, mas sim defender a variação de estruturas que coocorrem num mesmo período de tempo sob o uso de um constituinte relativo bastante específico que, ao que tudo indica, ganha cada vez mais força nas construções relativas ao longo dos dois séculos. Assim sendo, nosso estudo, ainda que não ateste mudança linguística, pode, e assim queremos, auxiliar nas discussões acerca do *status* do *que* como um pronome relativo universal.

3 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS

Neste capítulo, passamos a considerar um breve contexto dos estudos sobre a relativização em português.

Serão apresentadas as discussões presentes na literatura acerca das estratégias de relativização em português. Na seção 2.2 contextualizaremos discussões trazidas em gramáticas do Português do Brasil e do Português de Portugal para articular propriedades mais gerais das estratégias de relativização em português. Na seção 2.3 *Propriedades sintáticas das relativas em português*, apresentamos os resultados de alguns estudos feitos sobre as estratégias de relativização em português, a fim de discutir de que forma as especificidades trazidas nas gramáticas se comportam nos dados analisados pelos autores. Na seção 2.4 exploramos *o problema a respeito das preposições nas relativas piedpiped e o foco de pesquisa deste trabalho*. Por fim, na seção 2.5, resumizamos o capítulo.

3.1 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO EM PORTUGUÊS, SEGUNDO GRAMÁTICAS DE TRADIÇÃO LINGUÍSTICA

Nesta seção, sistematizaremos propriedades mais gerais das estratégias de relativização em português encontradas em gramáticas tanto do Português do Brasil quanto do Português de Portugal, sem chegar nas especificidades entre essas duas línguas, o que será feito mais adiante.

De modo geral, as gramáticas trazem que entre o grande grupo de orações subordinadas está o grupo de orações relativas, que modificam um nome ou um grupo nominal dentro de um sintagma nominal complexo. Em razão disso é que há um consenso entre os autores de que as sentenças relativas são subordinadas adjetivas (cf. MATEUS *et al.*, 2003; PERES; MÓIA, 1995; RAPOSO *et al.*, 2013; KATO; NASCIMENTO, 2015 entre outros).

Segundo Raposo *et al.* (2013, p. 2061), as orações relativas têm a mesma função semântica dos adjetivos qualificativos e “essa função consiste em atribuir uma propriedade adicional ao conjunto denotado pelo nome ou grupo nominal modificado e, desse modo, restringir esse conjunto”. Também, as orações relativas possuem

sempre um constituinte⁷ anafórico que exerce sua função no sintagma nominal que o antecede.

Uma sentença relativa é, então, uma sentença encaixada, subordinada, com a principal característica de retomar anaforicamente um núcleo nominal através de um constituinte-Q. Esses constiguintes-Q estão grifados nos exemplos abaixo, de 7 a 11⁸, extraídos de fragmentos das cartas utilizadas para a pesquisa:

(7) ...não só| a noticia da sua feliz viagem, como a de ter| achado com saúde toda a sua Familia, á quem| rendo os meus respeitos, que igualmente são derigi|=|dos por minha mulher, a qual agradece os cumprimentos| deVossa Excelência. (Carta de Antonio Rodriguez de Araújo Basto para o Senhor Manoel Ignacio da Cunha e Menezes na Bahia em 13 de dezembro de 1829)

(8) Já Participei a Vossa Senhoria da Mercê que Sua Alteza Imperial| fez a meu filho de hum Lugar de official| da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros| e de Guerra, onde Vossa Senhoria deve lansar Procuraçam.| (Carta de José da Silva Lisboa para o Senhor Manoel Ignacio da Cunha e Menezes na Bahia em 16 de setembro de 1809)

(9) Estive de viagem para ahi, porem| no dia anterior a minha viagem| adoicir de uma constipação| de cujo emcomodo acho-me| radicalmente curado. Nesse mesmo dia meu Pai adoeceu| do mesmo emcomodo, que tive| muito triste devido a idade d'elle| (Carta de Antero Gallo para o Senhor Barão na Bahia, em 04 de março de 1898).

(10) Nada mais; acceite mi|nhas vizitas com a Excelentissima Ba|ronêza a quem faço votos pelo| restabelicimento. (Carta de Antero Gallo para o Senhor Barão na Bahia, em 04 de março de 1898).

⁷ Utilizaremos o termo constituinte, conforme Peres e Mória (1995).

⁸ Exemplos retirados dos dados selecionados do *corpus* PHPB para esta pesquisa, melhores descritos no capítulo 3 desta Dissertação.

(11) *E talvez seja esta a origem da tristêza. Eu não quero que você sôfra por um assunto **que** não é claro, se mantém incerto, devido não sô às circu[n]stancias **que** me envolvem, como tambem à certas distancia **que** nos separa.* (Carta de Otto para Maria Renée na Bahia, em 22 de julho de 1949)

Esses constituintes relativizados retomam formalmente um nome – que a depender do tipo de relativa pode estar ausente ou presente – chamado núcleo da oração principal. Para Mateus *et al.* (2003, p.655) as orações relativas são constituídas por dois grupos: (a) sem antecedente expresso ou com antecedente implícito – chamadas relativas livres; e (b) com antecedente expresso – chamadas relativas restritivas e relativas explicativas.

As relativas livres são consideradas relativas sem antecedente expresso tanto por Peres e Mória (1995), na gramática *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, quanto por Mateus *et al.* (2003), na *Gramática da Língua Portuguesa*, e por Kato e Nascimento (2009), na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Entretanto, para Raposo *et al.* (2013), na *Gramática do Português*, são consideradas orações com antecedentes implícitos. Nas palavras de Raposo, “a presença, por exemplo, do constituinte *quem* (que possui traço [+humano]) permite identificar um antecedente com esse traço na frase complexa.” (Raposo, 2013, p. 2066). Por este motivo, na gramática do português de Raposo *et al.*, os autores defendem que exista, nesses casos, um sintagma implícito equivalente a *alguém*, conforme o exemplo 12:

(12) *Eu gosto de **quem** trabalha feliz.*

De qualquer forma, as orações relativas livres são aquelas que não possuem, dentro da relativização, um antecedente expresso.

As relativas com núcleo nominal externo presente, segundo Kato e Nascimento (2009), têm os constituintes-Q removidos para a periferia esquerda da sentença, conforme vimos nos exemplos de (7) a (11). Caso isso não aconteça, ou seja, os constituintes-Q permaneçam *in situ*, as sentenças ficam agramaticais, como demonstramos abaixo, nos exemplos de (13) a (17):

(13)*...são derigi=|dos por minha mulher, [agradece os cumprimentos| de Vossa Excelência **a qual**.]

(14)*...da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros| e de Guerra, [Vossa Senhoria deve lansar Procuraçam **onde**.]

(15)*Estive de viagem para ahi, porem| no dia anterior a minha viagem| adoicir de uma constipação| [emcomodo acho-me| radicalmente curado **de cujo**.]

(16)* Nada mais; acceite mi|nhas vizitas com a Excelentissima Ba|ronêza [faço votos pelo| restabelicimento **a quem**.]

(17)*Eu não quero que você sôfra por um assunto [não é claro **que**.]

Sobre estes tipos de sentença, com os constituintes-Q permanecendo *in situ*, os autores acrescentam que:

pelo fato de serem agramaticais as sentenças, temos de admitir também que os pronomes-Q relativos sempre se movem para uma posição periférica à esquerda da sentença relativa, antes do sujeito, deixando na posição de onde são movidos uma categoria vazia. (KATO e NASCIMENTO, 2015, p.244)

As relativas restritivas são as que “contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal.” (MATEUS *et al.*, 2003, p.655), conforme exemplo 18:

(18)Os chapéus **que** estavam no armário desapareceram.

As explicativas (ou apositivas) são as que “exprimem um comentário do locutor acerca duma entidade denotada por um SN, o antecedente da relativa.” (MATEUS *et al.*, 2003, p.671). Ao contrário das restritivas, estas orações não contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal, são um acréscimo de

informação que é dado na oralidade por pausas e na escrita por vírgulas, conforme exemplo em (19):

(19) *Os teus parentes, **que** vivem em Portugal, não falam como nós.*

Como podemos deduzir, a partir da definição da HA de Keenan e Comrie (1977), as estratégias de relativização na posição de sujeito são as que ocorrem em maior frequência em qualquer língua natural, porque é a posição mais alta e, logo, a mais acessível para o uso dos falantes. No capítulo *As construções-Q no Português Brasileiro Falado da Gramática do Português Culto Falado*, Kato e Nascimento (2009) apresentam resultados de uma análise feita acerca da variação em sentenças relativas encontradas no *corpus* NURC. Dos 701 dados, 82,7% foram de relativização do SN sujeito e objeto direto. No entanto, apesar de ser um vasto número, os autores não consideraram essas estratégias para a sua análise sobre a variação em relativas. Isto porque, em relativas de sujeito e objeto, não é possível sabermos se o *que* é um pronome-Q (movimenta-se para a periferia esquerda da sentença) ou um complementizador. Ou seja, não é possível perceber qual das estratégias foi utilizada, a não ser quando aparece o relativo *o qual*.

Agora, o que acontece quando o SN sujeito ou objeto é relativizado com *que*? Não sabemos se se trata ou não de movimento de toda a expressão-Q. Mas como nesses casos o verbo (ou o nome/adjetivo) possibilita recuperação do constituinte, quer seja o sujeito ou o objeto direto, podemos concluir que a estratégia do movimento é desnecessária e que, em consequência, não deve ser ela que está em jogo nas relativas que relativizam um SN. (KATO e NASCIMENTO, 2015, p.252)

Assim como na análise de Kato e Nascimento (2015), daremos uma atenção mais especial, neste primeiro momento, para as relativas com núcleo nominal preposicionado, as chamadas posições mais baixas da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), porque são essas estruturas que transparecem a variação em estratégias de relativização. As posições de sujeito e objeto direto também serão analisadas por nós, mas em um segundo momento, porque a grande maioria delas tem como constituinte relativo o *que* (tanto nos nossos dados, quanto nos dados de Kato e Nascimento (2015)) e, acreditamos, seja porque são as primeiras posições a serem adquiridas.

3.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS RELATIVAS EM PORTUGUÊS

Nesta seção apresentamos as propriedades sintáticas das relativas, tomando por base diferentes propostas teóricas encontradas em trabalhos realizados por Keenan e Comrie (1977), Mollica (1977), Tarallo (1983), Kato (1993), Peres e Moia (1995), Alexandre (2000) e Kenedy (2017), especialmente.

Para entender a aquisição das possibilidades sintáticas de relativização nas línguas naturais, Keenan e Comrie (1997) propuseram uma Hierarquia pensada a partir da função sintática que os constituintes relativos desempenham nas estratégias de relativização. Então, quanto mais à direita estiver localizada a função sintática correspondente à estrutura relativa, mais difícil e restrita seria a frequência ou o uso da relativização. A hierarquia é a que segue:

SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP

As posições na hierarquia devem ser entendidas como especificadoras de um conjunto de possíveis distinções gramaticais que uma linguagem faz. Para os autores, essas posições não precisam ser, necessariamente, distinguidas de uma mesma forma por todas as línguas, seja em termos de formação de sentenças relativas ou em outros processos sintáticos. Para exemplificar, citam a língua *Hindi*, em que OCOMP são entendidos como objetos comuns preposicionados tratados, na hierarquia, como OBL e a posição OCOMP que, nesta língua, não é realizada. Da mesma forma, argumentam que as posições OD e OI não são sintaticamente distinguidas em *Kinyarwanda*, uma língua bantu.

A hierarquia carrega três restrições que definem condições que qualquer gramática de uma linguagem humana deve atender. A primeira diz que a gramática deve ser projetada para permitir a relativização em sujeito, a posição mais alta da HA. Assim, por exemplo, nenhuma língua pode relativizar apenas objetos diretos ou apenas oblíquos. No entanto, presumivelmente, é possível que uma língua permita a relativização somente em sujeito. Os autores consideram a segunda restrição como a que “justifica o motivo real para termos a HA” (KENNAN e COMRIE, 1977, p. 6,

tradução nossa). A segunda restrição afirma que, no que diz respeito à relativização, uma língua é livre para tratar posições adjacentes na HA como as mesmas, mas não pode "ignorar" as posições. Assim, se uma determinada estratégia pode se aplicar às posições de sujeito e de oblíquo, ela também pode se aplicar a objeto direto e objeto indireto. A terceira e última restrição afirma que se uma língua aplica estratégias apenas de posições mais altas (como de sujeito e de objeto direto, que não são preposicionadas) estará vetada para atingir as posições mais altas (as preposicionadas). Assim, se nenhuma língua pudesse ter uma estratégia de formação de sentença relativa que se aplicasse a objetos diretos, mas não a objetos indiretos, não seria justificável fazer essas distinções na HA.

Não nos firmaremos longamente para o entendimento do que seja função sintática, apenas listaremos, a título de exemplo, quais são as relativas de menor e maior complexidade na aquisição da língua portuguesa. Na sequência abaixo, e seguindo a HA de Keenan e Comrie (1977), a complexidade aumenta conforme o número com que foram listados os exemplos (i e ii menos complexas do que iii, iv e v):

i. Relativas de sujeito:

Ex. *O estudante que chegou atrasado dormiu durante a aula.*

(SN-q como sujeito, concordando com o verbo da oração relativa encaixada)

ii. Relativas de objeto direto:

Ex. *A última pessoa que eu vi foi a Maria.*

(SN-q como complemento direto, argumento interno sem preposição)

iii. Relativas de objeto indireto:

iv. Ex. *O professor a quem foi atribuído o título de doutor não compareceu na reunião de hoje.*

(SN-q como argumento interno preposicionado)

v. Relativas de oblíquo:

- **Complementos circunstanciais:**

Ex. *Os brinquedos devem ser guardados na caixa de onde foram tirados.*

(SN-q como complemento de lugar)

Ex. *Lembrei do tempo em que conversávamos todos os dias.*

(SN-q como complemento de tempo)

Ex. Não sei a razão **por que** ela foi dormir cedo hoje.

(SN-q como complemento de razão)

- **Complemento nominal:**

Ex. Desejo saúde para você e toda a sua família, **para a qual** mando lembranças.

(SN-q como complemento nominal)

vi. **Relativas de genitivo:** O menino **cujo** pai trabalha comigo é o Marcos. (SN-q como complemento genitivo de nome)

3.2.1 As relativas oblíquas e as gramáticas do português: a linguística das probabilidades (TVM) aliada à linguística teórica (gerativismo)

As primeiras contribuições focalizando o nível da sentença relativa em um estudo Variacionista vieram de Mollica (1977). Neste trabalho a autora controlou a presença *versus* a ausência de pronome resumptivo em sentenças relativas retiradas de sete entrevistas feitas com quatro informantes que participavam do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Desde então, a autora verificou que a ausência do pronome resumptivo é a variante mais utilizada, e os fatores que mais favorecem este apagamento são a distância entre o antecedente e o constituinte relativo e o traço semântico do antecedente [+/- humano]. Além disso, a autora também constatou que a variação é maior quando se trata de um sintagma preposicionado em relação a casos de sujeito e objeto direto que não são preposicionados. Em consequência, esse estudo de Mollica atraiu outros pesquisadores para trabalharem com a relativização no português.

Posteriormente, Tarallo (1983) também se debruçou sobre a relativização, considerando-a como um dos lugares da gramática em que se pode perceber como se organiza a sintaxe do PB. E para descrever a organização sintática das orações relativas, ele mostrou três tipos diferentes de sentenças relativas resultantes dos dois

modelos disponíveis para relativização em PB (um padrão, com movimento, e um não padrão, com apagamento de NP e preposição):

i) Variante com lacuna: há uma lacuna na cláusula original do constituinte-Q e ocorre apenas nas posições de sujeito e objeto direto, como em (30):

(20) Tem as_i [_{CP} que_{ti} ___ não estão nem aí, não é?]

ii) Resumptiva: não envolve lacuna, pois a posição da lacuna é preenchida por uma forma pronominal correferente com o SN núcleo da relativa. Ou seja, em vez de uma lacuna em CP regido, temos um pronome relativo que concorda em traços de gênero, número e pessoa com a expressão N:

(21) Você acredita que um dia teve uma mulher_i [_{CP} que_i ela_i queria que a gente entrevistasse ela_{ti} pelo interfone?]

Dentro do CP, no caso das relativas copiadoras, também pode haver um pronome resumptivo regido de preposição:

(22) Maria chamou o menino_i [_{CP} que_i João falou dele_{ti}]

As relativas copiadoras preposicionadas estão relacionadas com outro tipo não padrão: as cortadoras.

iii) Cortadora: somente quando o SN relativizado é o objeto de uma preposição – é também uma variante com lacuna, porque a apresenta um vazio no domínio de CP, mas não é considerada canônica, pois a lacuna não representa somente a posição de um item que se moveu, mas também o corte de uma preposição selecionada pelo verbo. Nestas, a preposição não aparece, ou melhor, é cortada:

(23) E um deles foi esse fulano_i aí, [_{CP} ~~com~~ quem_{ti} eu nunca tive aula.]

Conforme demonstrado por Tarallo (1983), as relativas *piedpiped* (em 24, abaixo), prescritas pela gramática padrão, não ocorrem na fala, na língua vernácula do PB.

(24) E um deles foi esse fulano aí, com quem eu nunca tive aula.

Nesse trabalho, que foi sua tese de doutorado, o autor investigou o PB falado em São Paulo e a linguagem da mídia de 1980. Como não há registros da língua

falada em séculos anteriores, Tarallo também investigou uma amostra de cartas e de peças teatrais escritas por brasileiros de diversas regiões do Brasil nos séculos 18 e 19.

Do estudo de Tarallo (1983), interessam-nos especialmente as descobertas diacrônicas que levaram a uma explicação sobre a origem da variante cortadora, analisada como “o resultado de uma mudança drástica no sistema pronominal que começou no século XIX (ver Capítulo 6), segundo o qual os pronomes começaram a serem apagados em sentenças principais do topo da escala sintática, de sujeito e objeto direto, até as mais baixas.” (tradução nossa, p. 8-9)⁹.

Ao observarmos a sua Tabela 6.28 (cf. abaixo), percebemos que no início do século 19 a variante cortadora começa a competir com a relativa padrão. Até que no final do século 19 a estratégia cortadora já é a principal alternativa de relativização. Enquanto isso, a estratégia resumptiva mantém-se em baixa frequência de uso, mas aparece de forma constante:

Tabela 1 - Adaptação da Tabela 6.28 de Tarallo(1983, p. 165) sobre a frequência do uso das três estratégias de relativização na posição de objeto indireto, oblíquo e genitivo, ao longo do tempo.

	I	II	III	IV	Total
Padrão	99	89	73	63	324
down	89. 2%	88.1%	91.3%	35.4%	
across	30.6%	27.7%	22.5%	19.2%	
Resumptiva	11	8	1	9	29
down	9.9%	7.9%	1.3%	5.1%	
across	37.9%	27,6%	3.4%	31.0%	
Cortadora	1	4	6	106	117
down	0.9%	4.0%	7.5%	59.5%	
across	0.9%	3.4%	5.1%	90.6%	

⁹ Originalmente: “*the result of a drastic change in the pronominal system that began in the 19th century (cf. Chapter 6), according to which pronouns started being dropped in main clauses from the top of the syntactic scale down to the*”

Total	111	101	80	178	470
--------------	-----	-----	----	-----	-----

I= 1725 – II= 1770 – III= 1825 – IV=1880

A partir das análises dos dados, Tarallo considera duas estratégias principais de relativização: a cortadora e a resumptiva. Ao optar pela variável dependente presença ou a ausência do resumptivo, ele descobriu que os fatores gramaticais que favorecem o aparecimento do resumptivo são: as funções mais baixas (genitivo, objeto indireto e oblíquo), favorecendo o aparecimento da partícula; os traços semânticos [+humano], singular, indefinido (para OI e oblíquos); a posição da relativa à direita da matriz, a posição [+ distante], o tipo não restritivo e o processamento depois de uma construção existencial.

Essas características estiveram presentes igualmente para os dois grupos sociais analisados por ele (a classe trabalhadora e as classes média e alta), que usam basicamente uma estratégia: a *PP-chopping* (cortadora), com frequências diferentes para o uso da estratégia resumptiva, estigmatizada pela classe alta. Os dados da mídia, especialmente os jornais, e os dados diacrônicos, entretanto, mostraram ocorrências da relativização padrão, raras nos dados sincrônicos orais. Com isso, Tarallo concluiu que no PB há disponíveis dois modelos gramaticais de relativização, um com movimento (padrão) e um com apagamento de NP e preposição (não padrão).

No que se refere a uma análise formal dessas estratégias, o autor entende que na língua escrita ainda ocorre o uso da estratégia padrão, com movimento porque o SN-qu na sentença relativa é movido para a posição COMP¹⁰, mas na língua falada (estratégias não padrão) o movimento é muito fraco. Tarallo (2007, p.45) argumenta a favor da análise de que:

No PB, o relativizador foi reduzido ao subordinante principal da língua: o complementizador invariável *que*. A marcação de caso é mais transparente em relativas piedpiping; a análise de Tarallo (1983) mostra, entretanto, que piedpiping é quase inexistente na fala e que as duas estratégias de relativização em competição – com pronomes resumptivos e relativa cortadora – são ambos processos de apagamento, i.e., a cláusula relativa é introduzida por um complementizador invariável *que*, e a variável – o SN correferente – ou é apagada *in situ* (variante cortadora ou lacuna) ou é retida na forma de um pronome (pronome resumptivo).

¹⁰ Complementizador, núcleo de uma categoria CP da sintaxe do PB.

Dessa forma, para o autor, no PB as sentenças relativas eram derivadas sem movimento, ao contrário do PP.

Sobre o uso das relativas resumptivas, como em “falar + com + pronome resumptivo”, Tarallo (1983, p.34, grifos do autor) considera que:

As funções de que são as de sujeito e objeto direto, de modo que, pelo costume, que vem iniciando a frase; a pessoa que...; devia-se continuar... falou comigo, mas o interlocutor quer salientar que foi ele quem falou e não outrem e por isso continua: ...que eu falei, aí sente a necessidade da relação sintática e para remediar a situação emprega a preposição e o pronome pessoal... com ela. Dá-se um cruzamento sintático que para o povo é uma construção mais fácil do que: a pessoa com quem eu falei.

Para o autor, assim como as estratégias padrão, as estratégias resumptivas sempre ocorreram em outras línguas românicas. Tarallo (1983) mostra que a construção resumptiva também ocorria em latim, por exemplo, e que em todas as línguas haveria a estratégia resumptiva, com a ressalva de que algumas línguas produziram essas estruturas com mais frequência do que outras. Ou seja, a diferença estaria em algumas línguas produzirem mais essa estratégia do que outras línguas. Além de ser identificada em latim, a estratégia resumptiva se fazia presente no português arcaico e no basco.

Barreto (1996), em um estudo sobre as relativas, localiza estruturas que corroboram com as considerações de Tarallo (1983). Na amostra analisada da Demanda do Santo Graal, a autora apresenta resultados que apontam a preferência no uso de *que* em estratégias não padrão, mas obteve apenas estratégias resumptivas com o constituinte relativo na função de objeto direto, como em:

(25) *Entam leeo as letras que ambos as ouvirom...* (Cap. CCVIII, l.29)

(26) *... eu te conheço por tam santo homem e por tam leal sergente de nosso Senhor que se tu o rogares...* (Cap. CCVI, l, 33)

Nesse sentido, e de acordo com Kato (1993), as relativas cortadoras é que seriam um fenômeno inovador e característico do PB, decorrentes do apagamento não só do pronome resumptivo no final da sentença, como também da preposição em relativas

resumptivas. além disso, seria um fenômeno que espelharia a organização da sintaxe do PB porque estaria relacionado com outros fatores, como, por exemplo, a alteração do paradigma pronominal¹¹.

Kato (1993) deduz que se a estratégia resumptiva é bastante antiga, o *que* já era considerado um complementizador. Para Tarallo, não houve mudança no PB em relação às relativas resumptivas. A mudança, então, estaria no aparecimento da estratégia cortadora, que surgiu a partir de um processo de elipse da estratégia resumptiva, e as duas estratégias ainda estariam em variação sincrônica. A autora apresenta uma análise das relativas resumptiva e cortadora, levantando uma questão acerca, principalmente, de a cortadora ser a inovação do fenômeno de relativização no PB e se mostra derivada por elipse. Para Kato (1993), o fato de o PB ter pronomes dentro das sentenças relativas pode ser explicado por uma relativização que venha de um deslocamento à esquerda (LD)¹², e não da posição de sujeito, objeto ou adjunto.

Sobre a estratégia cortadora, Kato diz que

Tarallo confirma a hipótese de Kato (1981) de que ela estaria ligada ao uso que o falante faz da elipse em outros contextos anafóricos, como a coordenação, sendo, portanto, parte de um fenômeno mais amplo de escolha de elipse em lugar de substituição por uma pro-forma” (KATO, 1993, p. 224).

A relativa cortadora de PPs decorre, portanto, do apagamento da preposição depois da relativização.

Assim como no latim vulgar, a perda de algumas marcações morfológicas de caso no PB, segundo Kato (1993), seria resultado do uso cada vez mais frequente de relativização na posição de LD. Nas palavras da autora, “(...) o uso produtivo de LD seria a causa do desuso de formas marcadas com caso morfológico como *cujos*, *dos quais*, *com as quais* etc, no sistema das relativas” (KATO, 1993, p.233). O resultado do desuso das formas marcadas com caso morfológico seria a implementação do *que* como constituinte relativo de caráter universal.

Ainda que o estudo de Tarallo (1983) tenha se tornado um marco na história do PB por traçar as relativas não padrão como fenômenos de distinção entre PB e PP,

¹¹ Alteração relacionada à redução do paradigma flexional, que evoluiu de seis formas distintas para um paradigma que exibe não mais que três formas (cf. DUARTE, 1995, nas referências).

¹² Em poucas palavras, LD seria um tópico discursivo encaixado à esquerda da sentença que pode ou não ser realizado foneticamente.

estudos como os de Peres e Moia (1995) e Alexandre (2000) mostram que, paralelamente às construções padrão, o PP também apresenta as estratégias cortadoras e resumptivas. Alexandre (2000, p. 14) assume que as relativas cortadoras e resumptivas são consideradas agramaticais no PP, mas somente em relação à língua culta. Dessa forma, quando não consideradas agramaticais, a partir de uma interpretação tradicional, as duas alternativas consideradas não padrão são vistas como um tipo de gramática marginal e, em conformidade com o PB, ocorrem em diferentes grupos sociais, em variados graus de escolarização, mas em maior número na oralidade.

Na descrição de Peres e Moia (1995), de certa forma, os autores corroboram as hipóteses de Tarallo (1983), ao sustentarem que as cortadoras não existem em outras línguas e são uma novidade no usos atuais do PP, “possivelmente por influência do PB”. Mas, também, os argumentos que os gramáticos portugueses apresentam para amparar essa influência não parecem ser suficientes, já que há documentos históricos que comprovam o uso de relativas não padrão muito antes “dos dias atuais” (cf. Alexandre, 2000). Além disso, em todo momento Peres e Moia (1995) mostram dados chegando a classificar as relativas cortadoras e resumptivas como possíveis no PP e, somente quando precisam fazer uma consideração acerca das normas padrões, consideram as estratégias não padrão como não sendo próprias do PP.

Inicialmente, Peres e Moia (1995, p.273) asseveram que as orações relativas constituem o tipo das orações subordinadas adjetivas, porque “como claramente dá a entender o epíteto <<adjectivas>>, as orações em causa permitem introduzir no discurso uma qualificação – ou, se quisermos, uma predicação – acerca de uma ou mais entidades envolvidas na referência desse discurso.”

Consoante ao PB, a descrição das relativas no PP dada pelos autores segue o raciocínio de que a característica mais proeminente dessa construção seja a presença de um constituinte relativo¹³ que não tem significado próprio, dependendo semanticamente de uma expressão lexical ou de um elemento nulo – dependente

¹³ Peres e Mória (1995) optam por constituintes relativos em vez de pronomes relativos porque o sintagma que faz a anáfora do SN-qu em sentenças relativas pode não ser, necessariamente, um pronome relativo.

porque é o antecedente, lexical ou nulo, que carrega a propriedade expressa na relativa.

Peres e Moia (1995, p.274) primeiro consideram que “uma das características mais salientes” das orações subordinadas relativas seja a presença de um constituinte relativo. Depois, elencam os tipos de orações relativas – restritivas com e sem antecedente e explicativas¹⁴ – bem como a sua estrutura interna envolvendo o movimento do constituinte relativo – o mesmo movimento a que se referiu Tarallo (1983) sobre as relativas padrão e não padrão. Por fim, chegam a uma seção que especialmente nos interessa, sobre a composição dos constituintes relativos, porque além das estruturas relativas que envolvem movimento do constituinte relativo, deixando um vestígio na posição inicial, mencionam ali que a língua (e os autores estão se referindo ao Português de Portugal) real admite variantes deste movimento relativo, “nomeadamente aquela em que em vez de um vestígio nulo, a posição original do constituinte relativo é preenchida com um elemento pronominal preposicionado ou não” (p.279). Nitidamente uma descrição de relativas resumptivas, estratégias que não são inovações do PB, mas que se caracterizam pela perda de movimento, a qual é sim uma marcação de parâmetro indicadora de mudança para Tarallo (1983). Além das contribuições de Peres e Moia (1995) e Alexandre (2000), há outros trabalhos que comprovam que o uso de orações relativas não padrão não é específico do Português Brasileiro e que, desse modo, não se trata de uma variação atestada apenas na nossa língua, ou de um indício de mudança do Português de Portugal para o Português Brasileiro.

A divergência que ainda há dentro do fenômeno da relativização se concentra sobre a relação pronome relativo *versus* complementizador. Tarallo (1983) e Kenedy (2003), por exemplo, identificaram o elemento *que* em orações relativas como um complementizador, enquanto Kato (1992) e Duarte (2003) atribuíram-lhe *status* de pronome relativo. No entanto o que parece ser um consenso entre todos os pesquisadores da área é que o constituinte *que* ganha cada vez mais espaço por conta

¹⁴ Segundo Peres e Mória (1995), as orações relativas de nome podem desempenhar diferentes funções e por isto podem ser divididas em subclasses. As relativas restritivas sem antecedente expresso são as chamadas relativas livres, como: *Quem casa quer casa*; as restritivas com antecedente expresso são as que têm uma expressão nominal ou frásica como antecedente, como: *Guardei os documentos que ainda não estão assinados*; por fim, as relativas explicativas são as que geralmente se colocam entre vírgulas, como: *Os documentos, que estão na pasta azul, ainda não foram assinados*.

da sua versatilidade e é a opção selecionada na produção de sentenças relativas cortadoras e resumptivas. O que gostaríamos de entender e, vamos começar por delinear neste trabalho, é se o *status* do *que* é o mesmo ao longo dos séculos. Assim, nosso interesse está em analisar se a versatilidade do constituinte *que* se deu no decorrer dos séculos 19 e 20, quem sabe, por ter deixado de ser um pronome relativo e ter passado a ser um complementizador.

3.3 O PROBLEMA A RESPEITO DAS RELATIVAS *PIEDPIPED* E O FOCO DE PESQUISA DESTE TRABALHO

Segundo Labov (2003[1969]), se os sujeitos fazem ajustes conscientes em sua fala é porque as escolhas linguísticas que eles fazem carregam significados sociais e/ou estilísticos que variam de acordo com os interlocutores e o contexto social. Dessa forma, para o autor, “os indivíduos utilizam a alternância estilística de variantes linguísticas para potencializar seu *status* social de maneira oportuna” (Labov, 2008, p.189).

Ao encontro dessa ideia, entendemos a variação de estratégias relativas tanto no PP quanto no PB como um fenômeno estilístico e/ou social, porque, de acordo com o quadro teórico adotado neste trabalho, os falantes que têm como Língua-I a gramática do português brasileiro não recorrem naturalmente a estratégias de relativização *piedpiped*. Estudos de aquisição de relativas no PB, como o de Perroni (2001) e Grolla (2004), por exemplo, atestam isso no sentido de não aludirem variação (entre padrão e não padrão) na produção de fala de crianças em idade de aquisição do PB, como mencionado anteriormente. Sendo assim, os falantes dominam de forma natural apenas as estratégias de relativização não padrão e, somente quando são submetidos a uma educação formal, condicionados pela escolaridade, ampliam os seus recursos, aprendendo a relativizar também com estratégias *piedpiped*.

A produção de estratégias preposicionadas padrão, então, seria reflexo do aprendizado de uma gramática que não foi adquirida naturalmente por um falante de português brasileiro, e, diante disso, os falantes de PB parecem estar, retomando as

palavras de Kroch (2003), em um caso em que as formas em competição representam uma oposição entre um vernáculo inovador e uma língua literária conservadora.

Uma amostra de documentos escritos em um contínuo diacrônico parece ser a melhor opção para nos depararmos com os diferentes tipos de oração relativa, visto que a produção escrita é muito mais propensa a revelar estruturas aprendidas e impostas pela tradição da norma, do que a produção de fala. Desse modo, a escolha pela análise de documentos escritos deve-se à conveniência para estarmos diante de aparentes gramáticas diferentes, de variantes que parecem não fazer parte de uma mesma gramática, mas que atuam paralelamente em situações de diglossia. Consideramos, então, a coexistência de diferentes estratégias de relativização como uma questão de escolha de estilo em que o falante recorre a uma gramática ou outra para marcar diferentes situações a depender do grupo social, situação ou interlocução que ele pretende atingir.

O que nos instiga a estudar as nuances da língua portuguesa brasileira são, especialmente, as especificidades que a nossa língua possui na fonologia, no léxico e na morfossintaxe e que se distinguem do Português de Portugal. Na incessante busca por conhecermos as motivações para as diferenças entre a nossa língua e a lusitana, encontramos autores que divergem sobre as hipóteses da formação do português brasileiro, uns consideram que a nossa língua tenha vindo por uma espécie de reformulação – a chamada *crioulização* – e outros sustentam que os fenômenos encontrados hoje no Brasil, na verdade, já existiam no Português de Portugal. Ficamos mais atrelados a essa segunda concepção, considerando a possibilidade de as variações apresentadas no PB serem, na verdade, indícios de mudança do Português Arcaico, ou Medieval para o Português Brasileiro.

Segundo Kenedy (2017), as orações relativas preposicionadas *piedpiped*, tradicionalmente conhecidas como padrão, não podem fazer parte da competência linguística do falante. Embora encontremos pontos comuns da teoria do autor com a que defendemos neste trabalho, afirmar que o uso de preposições em sentenças relativas seja um fenômeno que não pode existir naturalmente na gramática das línguas naturais nos incomoda pelo fato de acreditarmos que as preocupações que temos ao estudar as especificidades da língua se dão, exatamente, por reconhecermos que todo falante/ouvinte/escrevente faz parte de um contexto de heterogeneidade linguística e que, apesar de encontrarmos padrões artificiais típicos

da linguagem escrita (o que acontece também na fala), estes padrões um dia vieram da tentativa de padronização da língua real e não de um processo arbitrariamente artificial, por isso aparecem nos textos históricos com usos cada vez menos frequentes.

Concordamos, sim, com as argumentações de Kenedy (2017) ao dizer que o aprendizado de relativas *piedpiped* é, necessariamente, artificial, mediado pelo contato da língua escrita formal, na aquisição do Português Brasileiro e do Português de Portugal, porque seria muito ingênuo de nossa parte não considerar os resultados de estudos que mostram que as estratégias preposicionadas não fazem parte da competência linguística das crianças, analfabetos e indivíduos membros de comunidades ágrafas, bem como que é de uso raro até mesmo entre falantes com alto nível de escolaridade quando inseridos em situações espontâneas e informais. (KENEDY, 2017, p.30)

Pois bem, é importante dizer que o desacordo entre os nossos questionamentos e as afirmações de Kenedy (2017) se dão, principalmente, pelas diferenças entre as nossas metodologias de pesquisa e de análise. Como gerativista experimental, o autor trabalha com dados reais de fala, ou de “língua viva”, cujas diferenças com a linguística histórica já foram mencionadas no capítulo 1.

Entendemos como indubitável a hipótese de Kenedy (2017) ao considerar que a derivação de uma relativa preposicionada será sempre a opção mais custosa para o Sistema Computacional da Linguagem, porque também defendemos os pressupostos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995). Conseqüentemente, assumimos também que as *piedpiped* não façam parte da competência natural dos falantes, mas apenas dos falantes do PB e do PP¹⁵, porque temos acesso a poucos dados e a poucos documentos históricos que não nos permitam comprovar que no Português Arcaico, por exemplo, essa estratégia fosse possível, e que os usos que ainda encontramos nas cartas e nas falas sejam resquícios da gramática de um português que não é nem o Brasileiro, nem o de Portugal.

¹⁵ Kenedy (2017) traz, também, resultados de estudos provenientes do inglês, do francês e do espanhol, mas o nosso foco aqui são apenas os portugueses, o de Portugal e o Brasileiro.

3.4 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

A frequência de uso de relativas *piedpiped* depende, exclusivamente, de como se dão os usos das preposições em tais contextos. Kenedy (2003) sugeriu que o uso de preposições em estratégias de relativização em português seja ou não licenciado em função de certos traços presentes nas preposições, individualmente, e não em função de algum parâmetro da gramática. Tomamos esta ideia como uma hipótese, considerando que preposições como *sem* e *sobre*, por exemplo, licenciam estratégias *piedpiped* em contextos muito mais frequentes do que as preposições *com* e *de*. Veremos se esta e as outras hipóteses poderão ser confirmadas no capítulo 3, a seguir.

Diante disso e do fato de que as relativas não padrão sejam encabeçadas, necessariamente, pelo constituinte *que*, a partir dos dados encontrados em cartas pessoais dos séculos 19 e 20, disponibilizadas no *corpus* PHPB, tentaremos delinear a hipótese de que o *que* entra como um constituinte relativo de uso universal no português pela mesma trajetória hierárquica de aquisição de relativas proposta por Keenan e Comrie, já que os falantes recorrem às estratégias cortadoras e resumptivas (vistas como não padrão) especialmente na produção de relativas que estão nas posições mais baixas da hierarquia, consideradas as mais difíceis no processo de aquisição, logo, as mais difíceis de serem acessadas; e de que a variação do fenômeno de relativização encontrada na análise dos documentos resulta na competição de diferentes gramáticas do português, seguindo o modelo proposto por Kroch (1989, 2003 [2001]).

Não temos aqui a ilusão de esgotar o assunto, problematizando as definições trazidas nas gramáticas e discutindo as propostas dos autores cujos estudos trouxeram resultados inquestionáveis. Consideraremos, por enquanto, satisfatória, a explanação até agora feita sobre como são entendidas as construções relativas no português. No capítulo a seguir, apresentaremos a nossa proposta e metodologia de análise, bem como os resultados provenientes dos dados coletados nas cartas brasileiras escritas entre os séculos 19 e 20.

4 AS SENTENÇAS RELATIVAS NA ESCRITA BRASILEIRA DOS SÉCULOS 19 E 20: INVESTIGANDO A NATUREZA DO SINTAGMA-Q

Neste capítulo, apresentamos os dados coletados das cartas escritas por escreventes adultos de diversas partes do Brasil, bem como a metodologia adotada por nós, e, por fim, apresentaremos as análises dos dados e as considerações finais para fechar a discussão e apontar os passos próximos para pesquisas futuras.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como dissemos anteriormente, as amostras de escrita utilizadas para esta pesquisa que ora apresentamos vieram de cartas particulares manuscritas dos séculos 19 e 20 retiradas exclusivamente do *corpus* do Para História do Português Brasileiro – PHPB - disponível *online* em uma plataforma organizada conforme o estado brasileiro e o século em que foram escritos/recebidos documentos manuscritos e impressos.

Para esta pesquisa foram utilizadas todas as cartas manuscritas/cartas pessoais dos séculos XIX e XX, dos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, disponíveis no PHPB. Foram escolhidos estes estados, em especial, porque são os únicos que disponibilizaram na plataforma digital o gênero de carta que escolhemos, as manuscritas pessoais. Também, como o número de cartas entre os estados é bastante diferente - os estados do Nordeste e o Rio de Janeiro, por exemplo, têm um número muito maior de cartas disponibilizadas do que o restante - optamos por definir um número aproximado de palavras de cartas analisadas para cada estado, organizadas por cada metade de século. Então, ainda que alguns estados tenham disponibilizado uma grande quantidade de cartas, analisamos somente uma parte delas, selecionando-as através de um número de palavras que fosse correspondente ao dos estados que disponibilizaram poucas cartas, com o intuito de tornar a nossa análise a mais equilibrada possível. Ao total, coletamos 321 (trezentas e vinte e uma) cartas totalizando um número de 105.895 (cento e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco)

palavras e 1.342 (um mil, trezentos e quarenta e dois) dados, conforme informações sistematizadas no quadro 1, a seguir:

	Ano de publicação da carta	Data de nascimento do falante	Período	Nº de palavras	Nº de cartas	Nº de dados
RN	1916 a 1919	(Não disponível no PHPB)	XX1	5.311	25	85
	1951 a 1994		XX 2	5.384	16	77
PE	1876 a 1888	(Não disponível no PHPB)	XIX 2	1.930	9	43
	1903 a 1947		XX 1	4.680	18	72
	1952 a 1973		XX 2	2.832	15	60
BA	1809 a 1829	Fins do século XVIII.	XIX 1	2.750	13	79
	1851 a 1898	Fins do século XVIII até o terceiro quartel do século XIX.	XIX 2	5.276	16	95
	1901 a 1950	Fins do século XIX.	XX 1	5.203	14	93
	1951 a 1954	(Não disponível no PHPB)	XX 2	3.566	27	49
MG	1800 a 1843	(Não disponível no PHPB)	XIX 1	5.159	30	43
	1855 a 1891		XIX 2	5.188	31	24
			XX 1	5.282	24	61
	1809 a 1836	(Não	XIX 1	5.325	14	109

RJ	1866 a 1893	disponível no PHPB)	XIX 2	6.101	10	100
	1907 a 1915		XX 1	5.207	19	117
SP	1801 a 1822	(Não disponível no PHPB)	XIX 1	6.562	10	94
	1886 a 1900		XIX 2	5.459	9	69
SC	1889 a 1892	(Não disponível no PHPB)	XIX 2	5.019	9	25
	1984 a 1988		XX 2	5.467	12	47
Total				105.895	321	1.342

Quadro 1 - Amostra da escrita no Brasil dos séculos 19 e 20 – cartas pessoais

É importante dizer que desconsideramos cartas do *corpus* que não apresentaram nenhuma ocorrência de relativização. Consideramos importante, também, destacar que levamos em conta a data de nascimento de alguns escreventes porque a escrita apresentada nestes documentos pode refletir a Língua-I (no sentido de Chomsky 1981; 1986) adquirida por eles em seu processo de aquisição da linguagem, marca e característica de uma geração.

Depois de selecionados, para melhor organização da análise, os dados foram categorizados em uma tabela do Excel, considerando os seguintes fatores: 1. natureza/função da relativa (sujeito, objeto direto, objeto indireto, oblíqua ou genitiva); 2. pronome relativo (que, quem, qual, onde ou cujo); 3. tipo de preposição (a, de, em, sobre, para ou por); 3. estratégia de relativização (padrão, cortadora ou resumptiva); 4. período (XIX 1, XIX 2, XX 1 ou XX2); e 5. local (RN, PB, BA, MG, RJ, SP ou SC) e usamos os pacotes estatísticos do Programa GoldVarb X para obter os percentuais. É importante dizer que nossa análise não é variacionista (não no sentido estrito da análise variacionista laboviana), pois não elegemos uma regra variável a ser analisada. Usamos a ferramenta do GoldVarb X para categorizar os dados e obter percentuais.

4.2 O QUE NOS MOSTRA A EMPÍRIA?

O gráfico a seguir apresenta o número total de dados analisados, totalizando 1.342 (mil trezentos e quarenta e dois dados), conforme as funções e metades de século (1 para primeira metade do século 19, 2 para a segunda metade do século 19, 3 para a primeira metade do século 20 e 4 para a segunda metade do século 20). Constatamos que as médias foram significativamente maiores para orações com função de sujeito e objeto direto, conforme esperado.

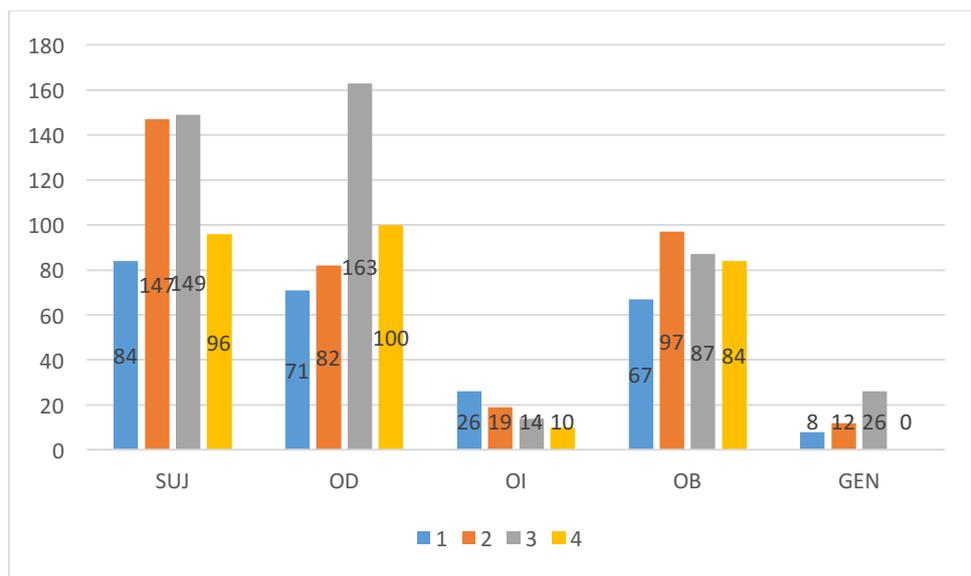


Gráfico 1 - Estratégias de relativização por função sintática e metade de século¹⁶.

Com o Gráfico 1, podemos ver que os nossos dados, assim como os resultados de estudos anteriores - feitos por Keenan e Comrie (1977) e Kato e Nascimento (2015), por exemplo – mostraram que as estratégias relativas com as funções de sujeito e de objeto direto são mais frequentes se comparadas com as outras funções. Ainda que isso já fosse previsível e que saibamos que há preferência, ou mais facilidade, de o falante/escrevente produzir estruturas com essas duas primeiras funções em qualquer outro âmbito da Sintaxe, nosso objetivo aqui é o de delinear, passo a passo, na medida do possível, a entrada do *que* nas orações relativas no PB. Em razão disto, consideramos importante começar por corroborar com as conclusões

¹⁶ Onde (1) refere-se à primeira metade do século 19, (2) à segunda metade do século 19, (3) à primeira metade do século 20 e (4) à segunda metade do século 20.

de estudos anteriores, afirmando que sim, as estratégias relativas com função de sujeito e de objeto direto foram, aqui, também mais frequentes.

Confirmado isso, veremos, no Gráfico 2 abaixo, qual a distribuição dos dados por estratégia de relativização (padrão, cortadora ou resumptiva) em cada função sintática, excluindo-se as relativas de sujeito e objeto direto.

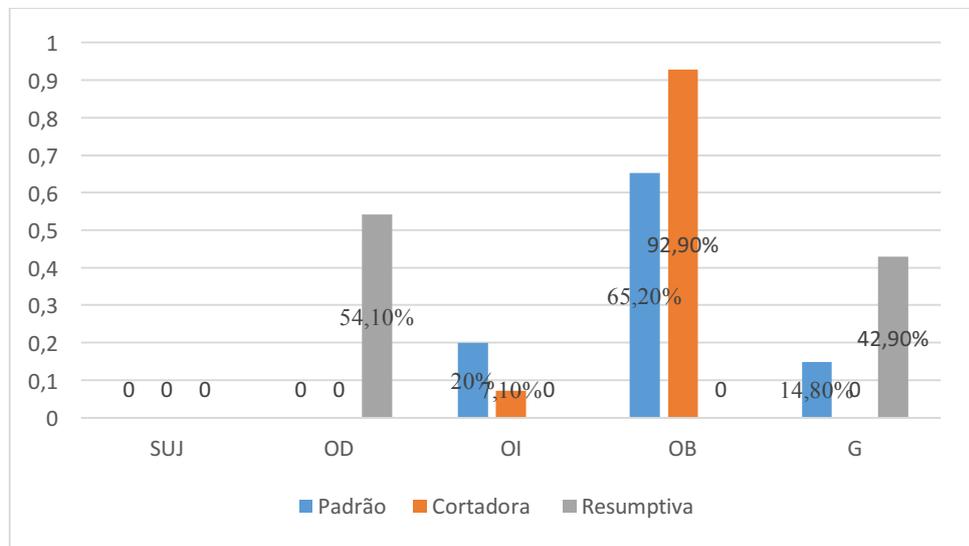


Gráfico 2 - Estratégias de relativização por função sintática.

O Gráfico 2 pode causar estranhamento por conter números zerados nas relativas com função de sujeito e de objeto direto. Por isso, trazemos também a Tabela 2, abaixo, para explicitar quais os exatos números e porcentagens correspondentes às estratégias de relativização por função sintática em toda a nossa amostra.

Tabela 2 - Números e porcentagens referentes às estratégias de relativização por função sintática

Tipo →	Padrão		Cortadora		Resumptiva	
	N	%	N	%	N	%
Função ↓						
<i>Sujeito</i>	0	0%	0	0%	0	0%
<i>Objeto Direto</i>	0	0%	0	0%	4	57,1%
<i>Objeto Indireto</i>	58	20%	11	7,1%	0	0%
<i>Oblíquo</i>	189	65,2%	145	92,9%	0	0%

<i>Genitivo</i>	43	14,8%	0	0%	3	42,9%
-----------------	----	-------	---	----	---	-------

Os zeros mostrados nas funções de sujeito e objeto direto se devem ao fato de assumirmos a posição de Kato e Nascimento (2015), em razão da discussão proposta acerca da análise de relativas de sujeito e objeto direto que ainda é um campo de incertezas, por conta de não sabermos se o *que* é um pronome-Q ou um complementizador nessas funções, pois não temos a obrigatoriedade de preposições que garantam o movimento do constituinte como um pronome relativo. Mateus *et al* também vão ao encontro dessa ideia e, em nota, dizem que

A aproximação do *que* relativo a complementadores tem sido motivo de discussão. O facto de nas relativas restritivas de sujeito e de objecto directo só poder ocorrer *que*, independentemente da natureza humana ou não humana do antecedente, ao contrário do que se passa quando o *que* é precedido de preposição, levou alguns autores (para o francês Kayne, 1976, para o espanhol Rivero, 1980, para o português Brito, 1991: capítulo 4) a proporem que neste tipo de relativas o *que* não é mais do que o complementador, basicamente engendrado em COMP; nesse caso, as construções de relativização de sujeito e de objecto directo envolveriam não Movimento-Q mas movimento de um operador nulo para junto de *que*. Nesta perspectiva, o *que* complementador absorve o índice referencial do operador nulo (Op. Nulo + *que* => quei) e, por isso, o efeito em termos interpretativos desta absorção não é afinal muito diferente do que se obtém se se considerar que o *que* é um pronome relativo. Uma posição mais perto da visão tradicional é a assumida por Faria e Duarte (1989), entre outros. Para estas autoras, o *que* em relativas de sujeito e de objecto é um morfema-Q, embora desprovido de traços de concordância e uniforme em relação ao traço [+/- humano]. (MATEUS *et al*, 2003, p. 662)

Sendo assim, não tínhamos como definir se as relativas na posição de sujeito e de objeto direto eram padrão ou não, mas temos como apontar indícios, analisando a frequência de uso do relativo *que* e do relativo *qual* nessas duas funções, como feito no Gráfico 7 mais adiante, por exemplo. Isso porque o *qual* é pronome relativo por excelência e não deixa dúvida quanto ao seu movimento para a periferia esquerda da sentença.

Mas, antes de irmos para os próximos passos, é importante destacar também que só obtivemos estratégias resumptivas nas funções de objeto direto e de genitivo, a saber:

(27) *Eu e mais amigos conservaumos em nosso posto dando| gargalhadas e debicando das| bandalheiras, **que** tal gente| não têm escupolo de com|mettelas.* (Bahia, segunda metade do século 19)

(28) *Você deve ter lembrança que o que houve entre nós não è desconhecido da minha familia que o poudes conhecer ele **que o** foi apresentado por intermedio de terceiros.* (Bahia, primeira metade do século 20)

(29) *Conformou-se, como se con= | formou com a não construcção | das novas fabricas, que a Companhia | exime-se de contruir, para evi= | tar maior despesa de custeio e | sequestral-as á reversão para | o Estado ao findar o contrato. Nem o incendio que de 6 do | mez **que** hoje termina **seo** pe= | riodo d'[inint.]ta [↑desperta] o zelo da fis= | calisação a este respeito.* (Rio de Janeiro, primeira metade do século 20)

(30) *(...) em consequencia da | excessiva quebra de peso que dava | um resultado, pouco mais ou menos | um prejuiso de 250 [?] a 300 [?] reis, | **cuja** lãem estamos **com ella** no depo- | sito para segunda feira procuramos vendel | **-a**.* (Minas Gerais , primeira metade do século 20)

(31) *E as informações **que** tive **elas** foram as se- | guintes: que de facto existe uma população de negros.* (Pernambuco, primeira metade do século 20)

Ao buscar os tipos de estratégias de relativização (padrão, cortadora e resumptiva) por metade de século, tivemos o seguinte Gráfico:

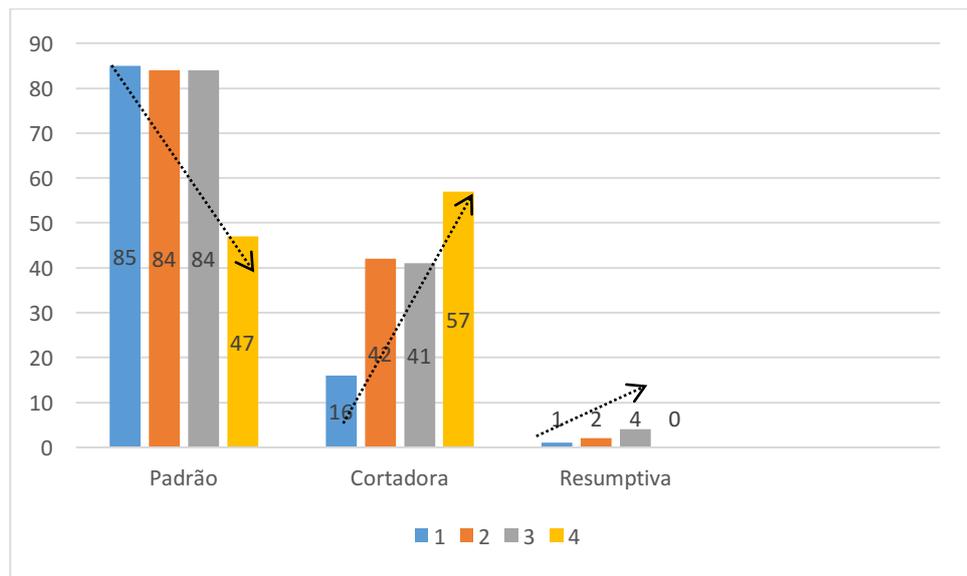


Gráfico 3 - Estratégias de relativização por metade de século.

Tabela 3 - Números brutos e porcentagens, por metade de século e função, referentes à frequência de estratégias padrão, cortadora e resumtiva em toda a amostra.

Função→		Sujeito		Objeto Direto		Objeto Indireto		Oblíquo		Genitivo	
Metade de século↓	Tipo↓	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	<i>Padrão</i>	0	0%	0	0%	23	37%	54	64%	8	9%
	<i>Cortadora</i>	0	0%	0	0%	3	19%	13	81%	0	0%
	<i>Resumtiva</i>	0	0%	1	100%	0	0%	0	0%	0	0%
2	<i>Padrão</i>	0	0%	0	0%	17	20%	56	67%	11	13%
	<i>Cortadora</i>	0	0%	0	0%	2	5%	40	95%	0	0%
	<i>Resumtiva</i>	0	0%	1	50%	0	0%	0	0%	1	50%
3	<i>Padrão</i>	0	0%	0	0%	11	13%	49	58%	24	29%
	<i>Cortadora</i>	0	0%	0	0%	3	7%	38	93%	0	0%
	<i>Resumtiva</i>	0	0%	2	50%	0	0%	0	0%	2	50%
4	<i>Padrão</i>	0	0%	0	0%	7	15%	30	64%	10	21%
	<i>Cortadora</i>	0	0%	0	0%	3	5%	54	95%	0	21%
	<i>Resumtiva</i>	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

No Gráfico 3, mais uma vez, o número total de estratégias mostradas não corresponde ao número total de estratégias coletadas e isso novamente se deve ao fato de não categorizarmos as estratégias com função de sujeito e de objeto direto como padrão ou não. Mas, o que queremos destacar neste gráfico é como a variação entre as estratégias de relativização é bem desenhada em todos os três tipos. Ainda que não tenhamos dividido, neste Gráfico, as estratégias por função sintática, é nítido o quanto o número de padrões cai (de 85 para 47) e o quanto os números sobem, de 16 para 57, nas cortadoras e, de 1 para 4, nas resumptivas.

Nos Gráficos 4, 5 e 6, abaixo, dividimos as estratégias por função sintática, mas apenas nas funções mais baixas, as preposicionadas. Não consideramos as funções de sujeito e objeto direto pelo mesmo motivo já justificado anteriormente:

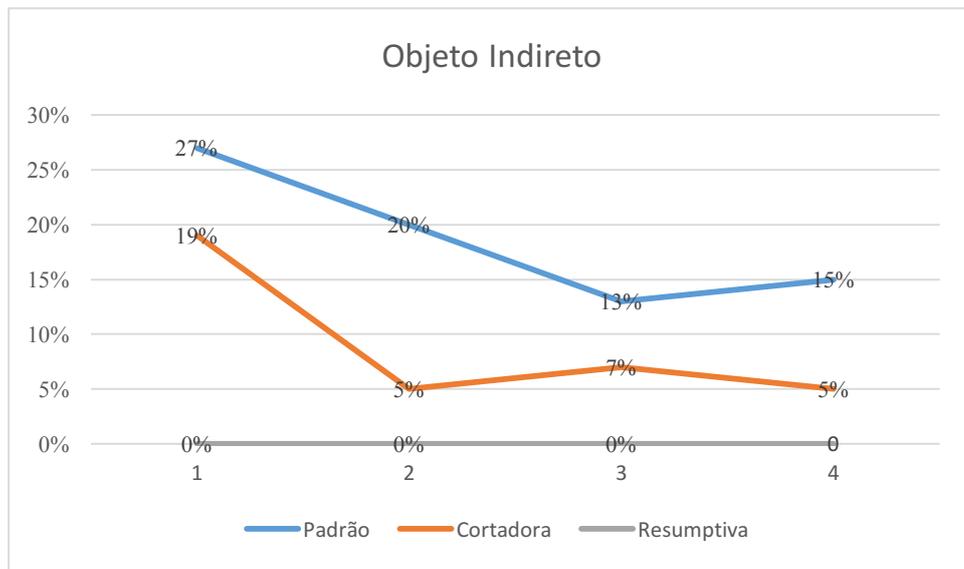


Gráfico 4 - Estratégias de relativização na posição de objeto indireto por metade de século.

Foram consideradas estratégias relativas com função de Objeto Indireto as preposicionadas exclusivamente por “a” e/ou “para”, pois assumimos a classificação proposta por Raposo *et al* (2013) e Mateus *et al* (2003). Durante todo o percurso diacrônico, não tivemos nenhuma estratégia resumptiva. E, ainda que os números de estratégias cortadoras tenham sido bastante baixos (11 / 15%), se contrapõem com os números de estratégias *piedpiped* que diminuem significativamente no decorrer dos séculos, o que já esperávamos.

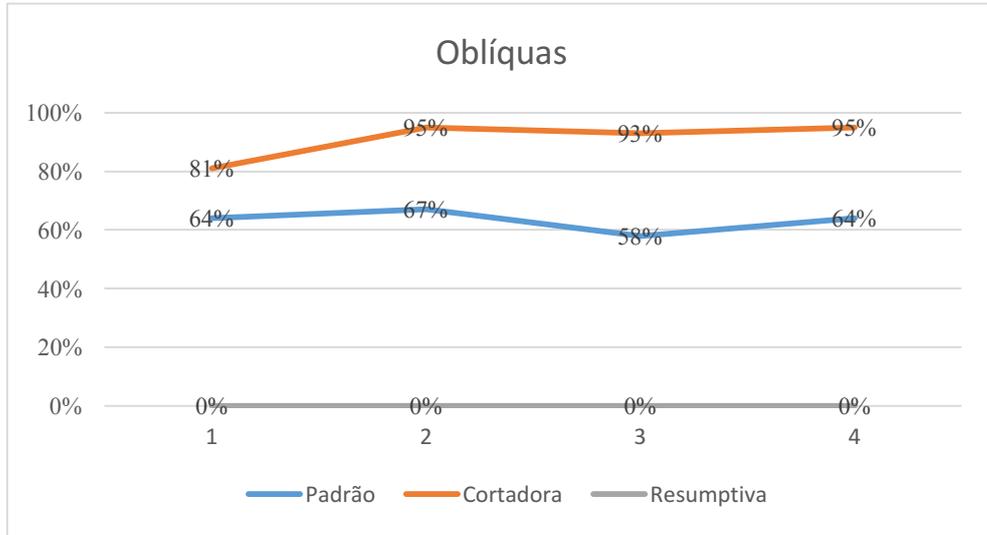


Gráfico 5 - Estratégias de relativização na posição de oblíquo por metade de século.

No Gráfico 5, temos o resultado geral de estratégias oblíquas. É, sem dúvidas, o resultado que mais nos enchem os olhos, porque mostra uma curva pela qual já esperávamos, pois esta função é um campo muito produtivo para a presença de relativas cortadoras. Além disso, é um gráfico que corrobora com os resultados de estudos anteriores, mostrando duas curvas totalmente contrárias, em que o número de estratégias padrão começa com 64% na primeira metade do século 19 e cai para 58% no começo do século 20, na medida em que o número de cortadoras começa com 81% no começo do século 19 e finda o século 20 com 95% de ocorrências. Para nós, mais importante do que encontrar o aumento de cortadoras ao longo dos séculos, é ter mais um fator que possa nos ajudar a delinear a entrada do *que* no PB. Afinal, o uso de estratégias cortadoras pressupõe, necessariamente, o uso do *que* como constituinte relativo.

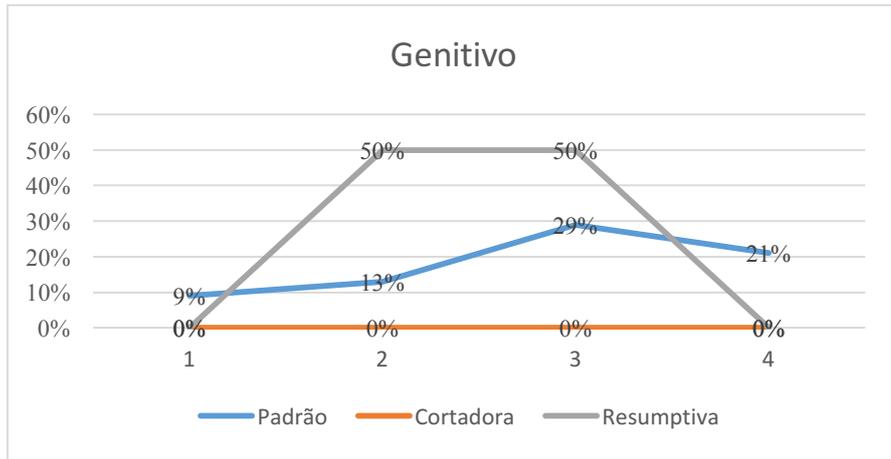


Gráfico 6 - Estratégias de relativização na posição de genitivo por metade de século.

Para finalizar a mostragem dos dados gerais sobre as posições preposicionadas, o gráfico 6 e a função de genitivo trazem, diferentemente do Gráfico anterior, nenhum uso de estratégias cortadoras e 3 dados com estratégias resumptivas. Curiosamente, é na primeira metade do século 20 que temos o maior número de estratégias resumptivas (ainda que este número não seja, estatisticamente, significativo) e também o maior número de estratégias padrão. Considerando que o uso de estratégias não padrão, resumptivas neste caso, seria uma forma de substituição da estratégia padrão, o esperado era que as resumptivas aumentassem na medida em que o número de estratégias padrão diminuísse, o que não aconteceu. A frequência de uso de estratégias padrão aumenta, de 9% para 13% no século 19, e de 13% para 29% na primeira metade século 20, caindo de 29% para 21% na segunda metade do século 20. Mas, tanto o aumento quanto a queda devem-se, certamente, a pouca quantidade de dados encontrados nessa função e de, também, o constituinte *cujo* ser usado quase de forma cristalizada nas construções encontradas. Dessa forma, não temos como fazer conclusões assertivas sobre os dados de estratégias na posição de genitivo.

Seguimos em busca do caminho do *que* na escrita brasileira dos séculos 19 e 20 e o Gráfico 7, abaixo, mostra os resultados que obtivemos ao selecionar as funções das relativas *versus* os pronomes utilizados. Vejamos o que ele tem para nos dizer:

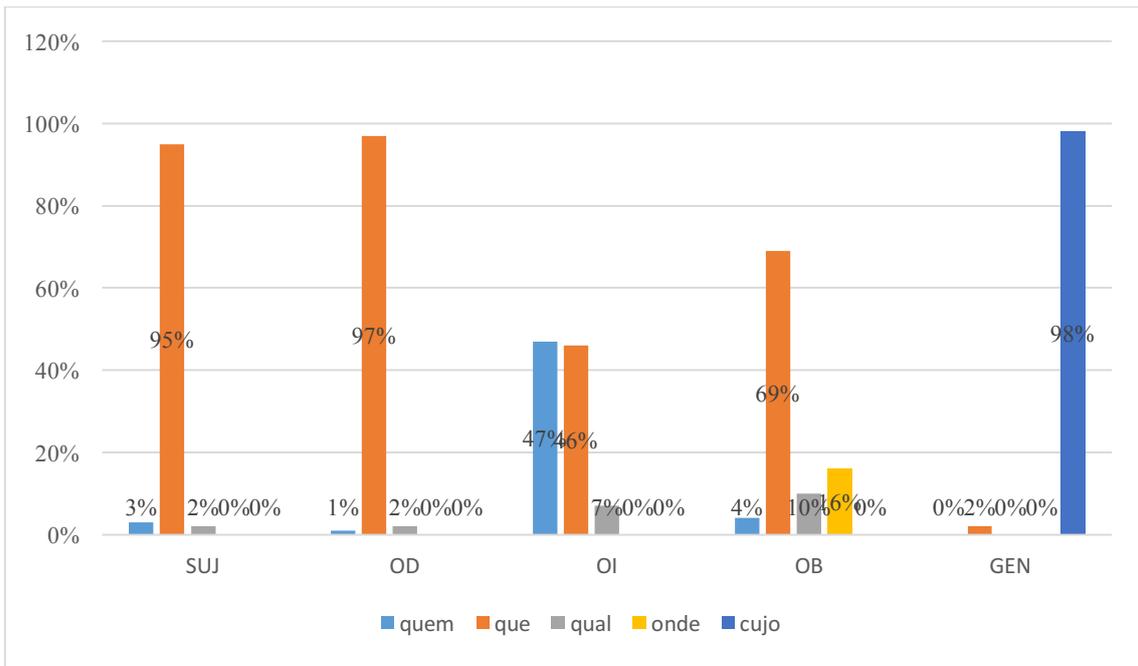


Gráfico 7 - Funções das estratégias por pronome relativo utilizado.

Tabela 4 - Números brutos e porcentagens das funções versus pronomes utilizados.

Função→	Sujeito		Objeto Direto		Objeto Indireto		Oblíquo		Genitivo	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>quem</i>	15	23,4%	3	4,7%	32	50%	14	21,9%	0	0%
<i>que</i>	453	40,4%	404	36,0%	31	2,8%	233	20,7%	1	0,1%
<i>qual</i>	8	14,3%	9	16,1%	5	8,9%	34	60,7%	0	0%
<i>onde</i>	0	0%	0	0%	0	0%	54	100%	0	0%
<i>cujo</i>	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	55	100%

O Gráfico 7, bem como a Tabela 4, nos mostram que, na amostra analisada, o pronome *onde* foi utilizado exclusivamente para a função oblíqua, confirmando a classificação feita por Mateus *et al* (2003), quando os autores dizem que o *onde* é usado somente como oblíquo, com valor locativo. Similarmente, o pronome *cujo*, na amostra analisada, foi de uso exclusivo da função oblíqua, embora Mateus *et al* (2003) considerem outras formas possíveis: “*cujo* – É usado para marcar genitivo: (1) *Esta é a criança cujo nome perguntaste*. Em português, além de *cujo+N*, mais duas

construções marcam genitivo: **(2) Esta é a criança de quem perguntaste o nome. (3) Esta é a criança o nome da qual perguntaste.** (MATEUS et al, 2003, p. 664)

Além disso, os dados mostrados no Gráfico 7 e na Tabela 4, confirmam a universalidade do *que* e a entrada dele conforme a proposta da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). O Gráfico 8, abaixo, destaca, em laranja, o percurso do *que*:

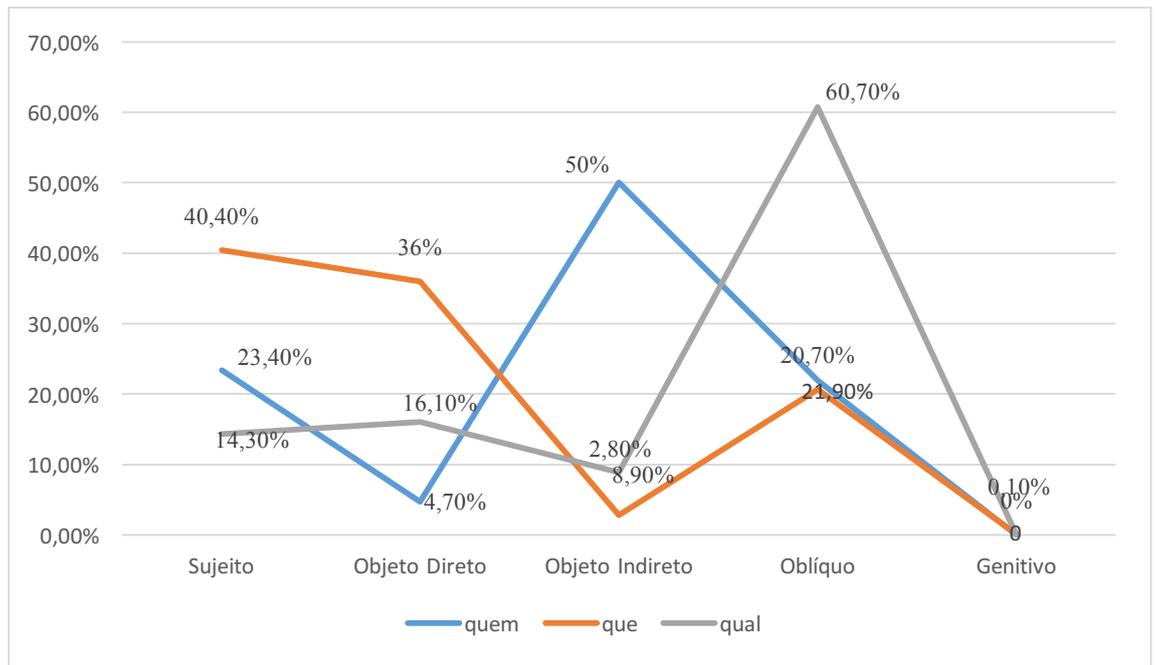


Gráfico 8 - Trajetória dos constituintes relativos seguindo as posições sintáticas.

O Gráfico 8, enfim, parece confirmar a nossa principal hipótese de que nos dados analisados por nós, o constituinte *que* tenha entrado na escrita do PB a partir das funções indicadas por Keenan e Comrie (1977) pela Hierarquia de Acessibilidade. Primeiro pela posição de sujeito (40,4% - 453 de 1.121 dados), depois pela posição de objeto direto (36% - 404 de 1.121 dados). Na posição de objeto indireto há um vácuo no uso do *que*, mas isso se deve a baixa quantidade de estratégias nesta função. Aliás, os constituintes *que* e *quem* chegam a se encontrar nessa função e isso pode ser explicado por conta do nosso critério de classificação das relativas de objeto indireto, em categorizar como OI somente as estratégias encabeçadas pelas preposições “a” e/ou “para”, obtendo, na maioria dos casos, orações do tipo:

- (32) “A sua carta de 6 do mes proximo passado| me deo grande saptisfação por trazer-me não só| a noticia da sua feliz viagem, como a de ter| achado com saúde toda a sua Familia, **á quem**| rendo os meus respeitos, que igualmente são derigi=|dos por minha mulher, a qual agradece os cumprimentos| deVossa Excelência, dando-lhe o paraben de se – achar| restituído ao seio da sua cara Familia, sendo| n’estes sentimentos acompanhada por meu sogro, e| sogra, que muito se – recomendão.” (Bahia, primeira metade do século 19)
- (33) “(...) sobre o regulamento, interpondo a proteção de Vossa Senhoria, oque já tinha feito sobre outro Requerimento pertencente ao filho sobre o officio, e **a que lhe Respondi**” (Rio de Janeiro, primeira metade do século 19)
- (34) “e a | Filha, que é o meu unico ideal neste | Mundo e a unica mulher **a quem** | tenho positiva , virginal e santa- | mente amado.” (Pernambuco, segunda metade do século 19)
- (35) “Os nosso gado ja apareceu 3 vezes muito maltratadas e [inint.] não ha **para quem apel | lar**,” (Rio Grande do Norte, primeira metade do século 20)

Passada a posição de objeto indireto, o *que* aparece nas oblíquas com alta frequência também, seguindo a HA, de SUJEITO > para > OBJETO DIRETO > para > OBLÍQUO.

Além da hipótese de que o *que* entraria na escrita brasileira através da trajetória indicada pela HA de Keenan e Comrie (1977), confirmada pelo Gráfico 8, tínhamos a hipótese de que as preposições lexicais – como *a*, *de* etc - fossem mais suscetíveis ao apagamento nas relativas preposicionadas, enquanto as chamadas preposições funcionais – como *em*, *sobre* etc, fossem mais resistentes. O Gráfico 9, abaixo, mostra quais preposições foram utilizadas nas funções de objeto indireto, oblíquo e genitivo:

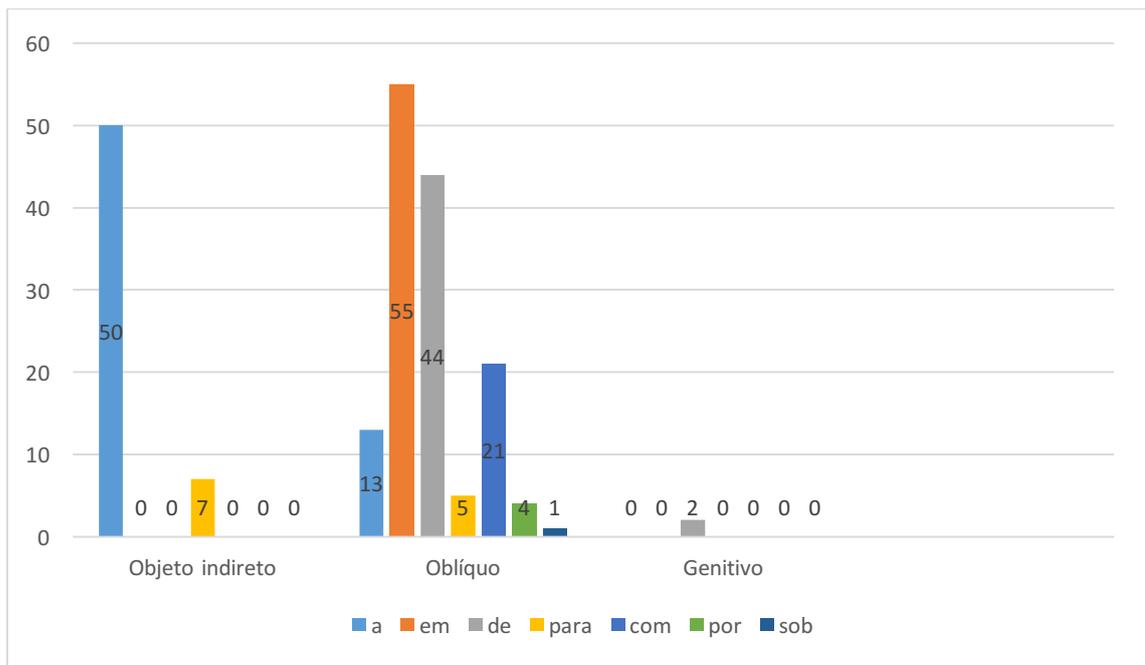


Gráfico 9 - Preposições utilizadas nas funções de objeto indireto, oblíquo e genitivo.

Os resultados do Gráfico 9, no entanto, não permitem que confirmemos a nossa hipótese, porque mostra que nas relativas oblíquas, função em que temos o maior número de estratégias preposicionadas, as preposições *de* e *em* foram as mais selecionadas, embora a primeira seja lexical e a segunda funcional. Portanto, com os nossos dados de escrita, não podemos corroborar com as ideias defendidas por Kenedy (2005), quando o autor sugere que o uso de preposições em estratégias de relativização em português seja licenciado por elas serem lexicais, ou não licenciado por elas serem funcionais.

Apontamos mais uma hipótese que vai ao encontro da ideia defendida por Martins (2018), de que as regiões do Nordeste mostram-se mais inovadoras do que a Região Sul do Brasil. Para analisar isso, vamos ao Gráfico 10, abaixo:

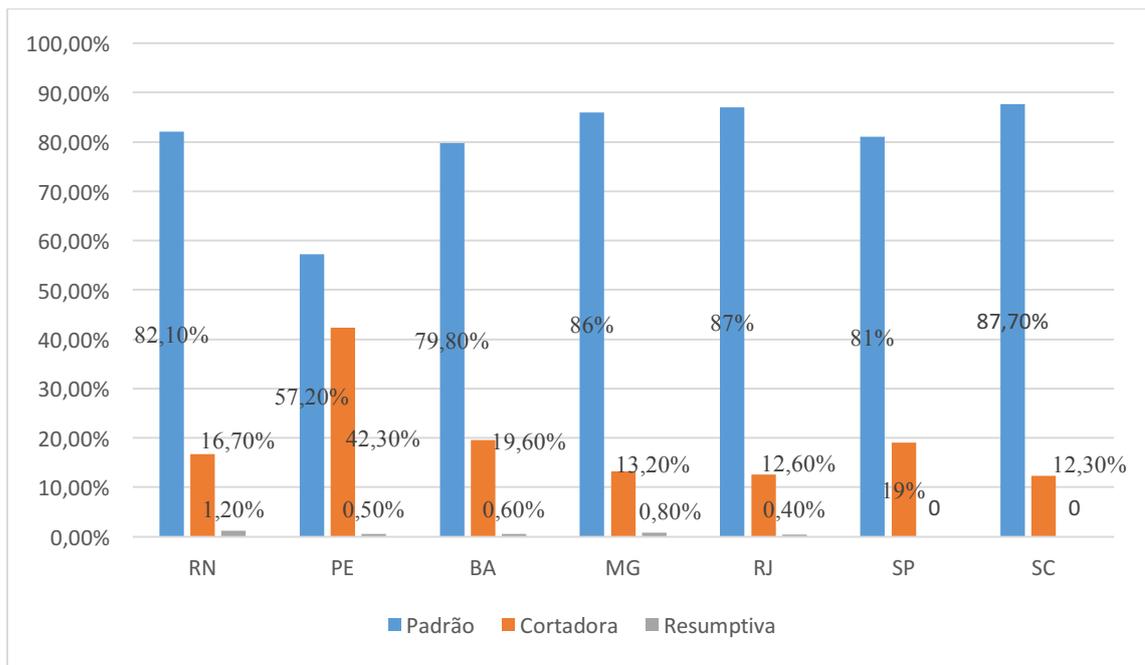


Gráfico 10 - Percentual de estratégias *piedpiped* e cortadora por estado, no curso dos séculos 19 e 20.

Os estados que apresentaram maior número de estratégias relativas foram Bahia, com 316 (trezentas e dezesseis) estratégias, divididas ao longo dos séculos 19 e 20, conforme o Quadro 1; e Rio de Janeiro, com 326 (trezentas e vinte e seis) estratégias cuja distribuição no decorrer dos séculos também esta exposta no Quadro 1. Apesar de a Bahia apresentar maior quantidade de dados, o estado que mostra mais equilíbrio em relação ao uso da estratégia padrão e não padrão é Pernambuco. E, se considerarmos o quadro por região, podemos corroborar com a hipótese de Martins (2018) e assumir que, na escrita brasileira dos séculos 19 e 20, a região Nordeste (RN, PE e BA) se mostram mais inovadoras do que as Regiões Sudeste e Sul (RJ, SP e SC), em se tratando da variação no uso de estratégias relativas. É interessante chamar a atenção para o fato de que o número bruto de estratégias encontradas nos documentos do Rio de Janeiro é bem maior do que o número de estratégias encontradas em São Paulo e, no entanto, os resultados de cortadoras ficaram bem próximos.

4.3 CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

Fechamos o nosso último capítulo apresentando os dados em Tabelas e Gráficos que permitiram que confirmássemos a nossa hipótese geral de que o constituinte *que* parece entrar como um constituinte de uso universal na escrita PB pela mesma trajetória hierárquica de aquisição de relativas proposta por Keenan e Comrie (1977). Também, foi possível corroborar com estudos feitos por outros autores, confirmando que as preposições lexicais licenciam estratégias não padrão com mais frequência do que as preposições funcionais. No entanto, seria necessário afinar o nosso olhar para essas preposições e quem sabe rever a classificação das estratégias de objeto indireto e oblíquas, as quais, acreditamos, trariam melhores resultados se fossem agrupadas em uma só função sintática.

Além disso, ao analisarmos os tipos de estratégias por região, corroboramos com o estudo de Martins (2018), também assumindo que a escrita da Região Sul do Brasil é mais conservadora e que as formas inovadoras, em se tratando das sentenças relativas, são mais frequentes no Nordeste.

Por último, precisamos concluir tratando da nossa última hipótese, a de que seria possível assumir a variação encontrada nas cartas como um reflexo de competição de gramáticas (no sentido proposto por Kroch, 1989). Embora precisemos de mais dados, ampliando a nossa amostra de cartas pessoais manuscritas, acreditamos que seja possível não afirmar, mas apontar indícios de que, no PB, o *que* tenha perdido o seu *status* de pronome relativo e tenha se tornado um complementizador, conforme postulado por Tarallo (1983). Ao vermos os índices apontados no Gráfico 7, sobre a frequência de uso dos constituintes na nossa amostra, percebemos que o *que* é de fato um constituinte de uso universal e que a frequência de uso dele acaba por esvaziar a frequência de uso dos pronomes relativos por excelência (aqueles que concordam com o substantivo da oração principal). E mais, os outros pronomes relativos – *qual*, *cujo*, *onde* – sofrem uma diminuição em seu uso ao longo dos séculos na escrita brasileira do século 20. Esse quadro nos leva a dizer que o *que* que encontramos nos diferentes textos dos séculos 19 e 20 não apresenta as mesmas propriedades e que há na escrita brasileira a competição entre (i) a gramática inovadora do PB em que o *que* é o único pronome licenciado – se é que o *que* é mesmo um pronome, porque ao que tudo indica, saímos desta dissertação sem

articular uma resposta para o fato de a natureza do *que* no PB ser de complementizador – e (ii) as gramáticas do PP ou do PCI é que licenciam diferentes pronomes relativos.

Lançamos a hipótese de que o *que* seja um pronome relativo na gramática do Português Europeu (ou do Português Clássico), em comparação ao Português Brasileiro, em que ele se comporta como complementizador, por razão de resultados bastante interessantes que obtivemos em um levantamento feito concomitante a essa pesquisa. Começamos a analisar cartas particulares manuscritas nos séculos 19 e 20 em Portugal, retiradas dos *corpora Post Scriptum* e *Forgotten Letters Years 1900-1974 Cartas esquecidas*, ambos vinculados ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL).

Consideramos somente as estratégias de relativização com o constituinte-Q na função de Oblíquo e partimos do pressuposto que o peso da norma seja ainda mais forte em Portugal, por ainda carregarem o fardo de terem sido os colonizadores e porque Portugal apresenta níveis superiores de letramento/escolarização em relação ao Brasil, sendo estes níveis condições necessárias para o domínio de relativas *piedpiped*.

No decorrer dos séculos 19 e 20, as estratégias *piedpiped* e cortadora fazem curvas totalmente contrárias na amostra brasileira, formada apenas pelos dados de estratégias oblíquas dos estados Rio de Janeiro e Bahia, retiradas das mesmas cartas manuscritas coletadas para esta dissertação, provenientes do *corpus* PHPB. O índice de ocorrência de estratégias *piedpiped* foi de 88,5% (46/52) no começo do século 19 e finaliza com 17,6% (3/17) no final do século 20, ao passo que o índice de estratégias cortadoras segue o percurso contrário, iniciando o século 19 com 9,5% (5/52)¹⁷ e finalizando o século 20 com 82,4% (14/17), conforme o Gráfico 11:

¹⁷ Uma, dessas cinquenta e duas estratégias selecionadas, foi a relativa resumptiva: *Hontem me participou Guinae|baud. que esperava do Rio hu)a Charrua, que endreitara vai á| França, que n'ella vai hu) Francez, que foi seu secretario*, retirada do *corpus* PHPB da Bahia, referente à primeira metade do século 19.

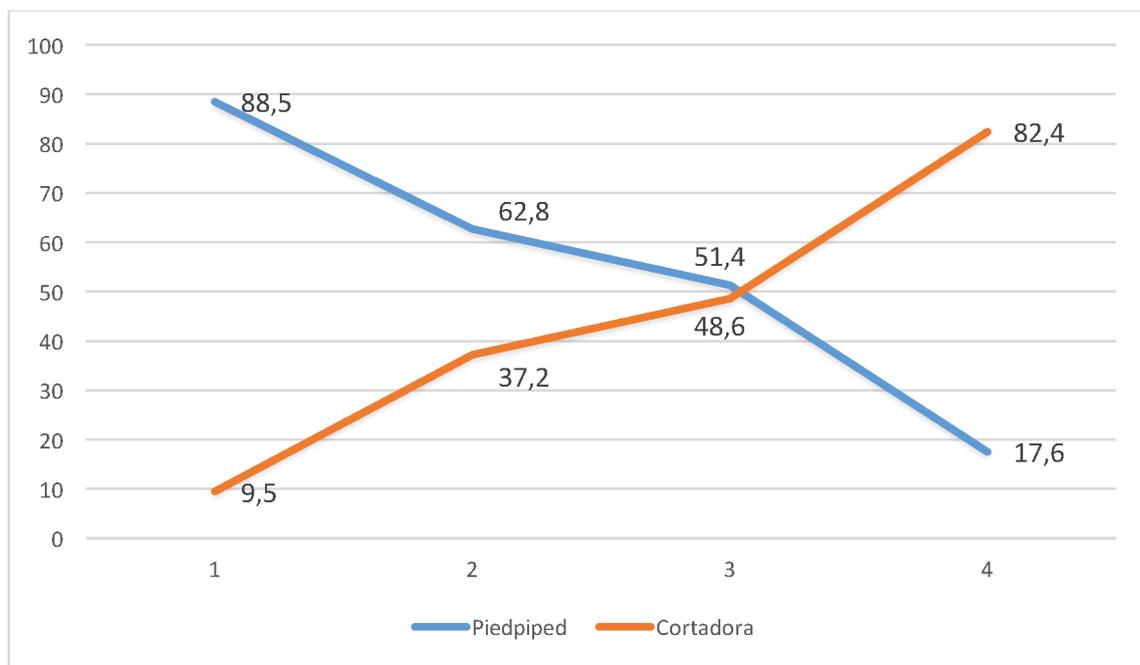


Gráfico 11 - Trajetória das estratégias *piedpiped* e cortadora na posição Oblíquo em cartas particulares brasileiras, do Rio de Janeiro e da Bahia, no curso dos séculos 19 e 20.

Conforme já esperávamos, encontramos altos índices de ocorrência da estratégia *piedpiped* também na amostra portuguesa. Mas, ao contrário do que acontece nos dados brasileiros, as estratégias *piedpiped* voltaram a aumentar no número de ocorrências no final do século 20, conforme o Gráfico 12:

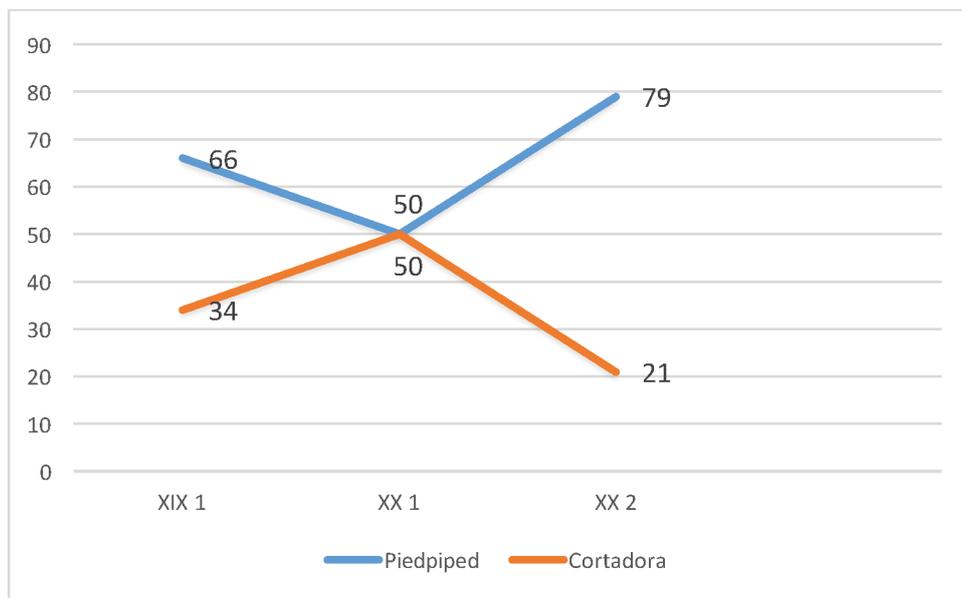


Gráfico 12 - Trajetória das estratégias *piedpiped* e cortadora na posição Oblíquo em cartas particulares de Portugal, no curso dos séculos 19 e 20.

Foi bastante representativa, e semelhante ao que acontece nos dados brasileiros, a curva que as estratégias Oblíquas *piedpiped* e cortadora fizeram da primeira metade do século 19 para a primeira metade do século 20. No entanto, ainda assim, o movimento contrário das duas estratégias do início até final do século 20 na amostra portuguesa evidencia que na escrita dos portugueses a estratégia *piedpiped* ainda seja bastante utilizada.

Da mesma forma, a escolha de outros constituintes relativos nas cartas portuguesas ainda é maior do que o uso do constituinte *que*. Afinal, é o constituinte *que* que geralmente encabeça uma estratégia cortadora, ao passo que as estratégias *piedpiped* são introduzidas por outros constituintes relativos que se movimentam, juntamente com a preposição, para a periferia esquerda da sentença.

Na análise feita por Martins, Meisnitzer e Scheidt (2017, no prelo), os dados nos mostraram que as estratégias cortadoras não são próprias da gramática do PB porque apresentaram uma frequência bastante elevada, conforme os resultados já trazidos por Peres e Mória (1995) e Mateus *et al* (2003), e diferentemente do que Tarallo (1983) propunha. Contudo, os resultados que obtivemos não nos permite corroborar com Peres e Mória (1995, p.291) no sentido de defender que as cortadoras ganham progressivamente espaço na gramática do PP, “possivelmente por influência do português do Brasil”.

As considerações sustentadas por autores como Kenedy (2017), que traz um mapeamento de estudos feitos em diferentes línguas naturais, mostrando que as relativas *piedpiped* prescritas pela tradição normativa não são adquiridas, mas sim aprendidas, apresentam hipóteses que defendem a antinaturalidade nas escolhas das pessoas por estratégias relativas preposicionadas em situações espontâneas e informais de comunicação oral.

Apesar de os resultados preliminares obtidos na análise das cartas manuscritas brasileiras e portuguesas nos séculos 19 e 20 irem ao encontro das considerações sustentadas por outros autores (Perroni, 2001; Grolla, 2004; Kenedy, 2017, entre outros), de que as estruturas *piedpiped* não façam parte da competência linguística que emerge naturalmente nos falantes, foram resultados que revelaram as *piedpiped* como tipos de estruturas sintáticas bastante encontradas na escrita informal das duas línguas com diferentes ocorrências de uso.

Então, não conseguimos assumir por ora que a variação atestada nas cartas manuscritas no Brasil nos séculos 19 e 20 seja o reflexo da competição entre diferentes gramáticas – a do PB e a do PE (ou a do Português Clássico). Mas, considerando os resultados da escrita brasileira delineados nesta dissertação, aliados aos resultados obtidos no mapeamento de estratégias oblíquas por Martins, Meisnitzer e Scheidt (2017, no prelo), defendemos que há fortes indícios que nos façam seguir a diante no caminho percorrido até aqui, em busca de confirmar essa hipótese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PASSOS PRÓXIMOS PARA PESQUISAS FUTURAS

Com a intenção de responder às questões norteadoras desta Dissertação, explicitadas na Introdução, formulamos hipóteses e procuramos, tratamos e analisamos dados empíricos, retirados da escrita brasileira dos séculos 19 e 20, que pudessem confirmá-las.

A nossa hipótese geral era de que a trajetória de entrada do constituinte *que* como um constituinte de uso universal no PB se desse pela mesma trajetória hierárquica de aquisição de relativas proposta por Keenan e Comrie (1977). Conseguimos confirmá-la através do Gráfico 8, que mostrou maior frequência de uso do *que* pela posição de sujeito (453/1.121), depois pela posição de objeto direto (404/1.121) e, por último, pela posição de oblíquo (232/1.121).

Diferentemente dessa, a hipótese de que as preposições lexicais – como *a*, *de* etc - fossem mais suscetíveis ao apagamento nas relativas preposicionadas, enquanto as chamadas preposições funcionais – como *em*, *sobre* etc, fossem mais resistentes, não pôde ser confirmada porque as preposições *de* e *em* foram as mais selecionadas, embora a primeira seja lexical e a segunda funcional. Entretanto, seria interessante olharmos atentamente para as estratégias que mais utilizaram as duas preposições, *de* e *em*, para tentar delinear suas especificidades.

Além dessas, trabalhamos com uma outra hipótese, formulada a partir das ideias de Martins (2018), de que a região Norte do Brasil é mais inovadora do que a região Sul. E, pudemos corroborar com o autor e assumir que, na escrita brasileira dos séculos 19 e 20, a região Nordeste se mostra mais inovadora do que as Regiões Sudeste e Sul, em se tratando da variação no uso de estratégias relativas. Para estudos posteriores, assumimos a necessidade de aumentar a amostra, especialmente da região Norte e das regiões Sudeste e Sul para que a quantidade de dados não possa interferir no resultado.

Por fim, chegamos a nossa última hipótese formulada e trouxemos resultados de uma análise feita por Martins *et al* (no prelo) em um outro estudo (em que começamos a comparar cartas brasileiras e portuguesas) aliados aos resultados obtidos nesta dissertação, mas ainda não foi o bastante para conseguirmos afirmar que a variação atestada nas cartas manuscritas no Brasil nos séculos 19 e 20 seja o

reflexo da competição entre diferentes gramáticas – a do PB e a do PE (ou a do Português Clássico). Sendo assim, apesar de mostrarmos a diferença de frequência de relativas não padrão, bem como do constituinte *que*, na comparação das duas línguas portuguesas, não obtivemos uma análise forte o suficiente para formular uma teoria acerca da natureza sintática do *que*. Esperamos continuar nesta busca, aumentando as amostras e apurando as análises, para conseguirmos confirmar a hipótese de competição de gramáticas de uma maneira mais aprofundada.

6 REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. (2000). **A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu**. Diss. De Mestrado, Lisboa: FLUL.
- ALVES, M. A. de C.. **Estratégias de relativização em produções escolares: uma abordagem sociolinguista**. Brasília, 2012.
- BARRETO, T. Estruturas relativas. In.: Mattos e Silva, Rosa Virgínia (org). **A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500**. Salvador: Editora de UFBA, 1996.
- BECHARA, E. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. De. (Orgs). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niteroi: Editora da UFF, 2014.
- BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. **As construções-Q no português brasileiro falado**. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, Milton do Milton do. (Orgs.) *Gramática do português falado no Brasil - a construção da sentença*, p. 237-290. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. Vol. III, 2009. Disponível em: <<https://issuu.com/editoraunicamp/docs/1337>>. Acesso em 20 de maio de 2017.
- CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. MIT Press, 1995.
- COMRIE, B. 1989. **Language universals and linguistic typology**, Oxford, Blackwell, 1989.
- CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolingüística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.
- COSTA, J.; LOBO M.; SILVA C.; FERREIRA E. **Produção e compreensão de orações relativas em português europeu: dados do desenvolvimento típico, de PEDL e do agramatismo**. Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2009, pp. 211-224.
- CUNHA, C.; CUNHA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DUARTE, Maria E. L. (1995). **A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.
- DUARTE, M. E. L. **Sociolinguística "Paramétrica"**. In: MOLLICA, M. C; RFERRAREZI JR, C.. (Org.). *Sociolinguística, sociolinguísticas - uma introdução*. 1a.ed.São Paulo: Contexto, 2016, v. 1, p. 33-44.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FREITAG, Raquel Meister Ko. **Uma proposta de abordagem evolutiva para a mudança linguística**. Niterói, n. 25, p. 131-148, 2. sem. 2008

GROLLA, E. **Resumptive pronouns as last resort: implications for language acquisition**. In **Proceeding of the 2th Annual Penn Linguistics Colloquium, 71-84**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, 11, 2004.

KATO, M. **Recontando a história das relativas em u ma perspectiva paramétrica**. In: ROBERTS, I; KATO, M (orgs), **Português brasileiro: uma viagem diacrônica – homenagem a Fernando Tarallo**, 223-261. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1993.

KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: volume 2: a construção da sentença*. São Paulo: Contexto, 2015.

KEENAN, E.; COMRIE, B. **Noun phrase accessibility and universal grammar**, *Linguistic Inquiry*, 8: 63-99, 1977.

KEENAN, E. **Relative clauses**, em T. Shopen (ed.), *Language typology and syntactic description*, v. 2: *Complex Constructions*, Cambridge, University Press: 141-70, 1985.

KENEDY, E. 2003. **Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising**. RJ: UFRJ (Dissertação de Mestrado).

KENEDY, E. Estruturas sintáticas de orações relativas. In: BISPO, Edvaldo Balduino e OLIVEIRA, Mariangela Rios. **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

KENEDY, E. **A língua portuguesa no Brasil e em Portugal: o caso das orações relativas**. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2017. v. 1. 172p .

KROCH, A. **Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change**. *Language Variations and Change*, 1, p. 199-244, 1989.

KROCH, A. **Mudança sintática**. «<http://www.ling.upenn.edu/kroch>». Traduzido por Sílvia Cavalcante, 2003.

LABOV, W. 1969. **Contraction, deletion and inherent variability of the English copula**. *Language*, 45: 715-62.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change. Internal Factors**. Cambridge, Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishers. 1994. v. 1.

LABOV, W. Tradução de: BAGNO, M.; SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, C. R. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

LIGHTFOOT D. **Grammatical Approaches to Syntactic Change**. In: BRIAN, D. J.; RICHARD, D. *The handbook of historical linguistics*, Blackwell handbooks in linguistics, 2003, pp. 290-508.

MARTINS, M. A.; COELHO, I. L.; CAVALCANTE, S. R. de O. **Variação sintática e gerativismo**. In: Marco Antonio Martins; Jussara Abraçado. (Org.). *Mapeamento Sociolinguístico do Português Brasileiro*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2015, v. , p. 221-248.

MARTINS, M. A. **Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática**. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 32, p. 9-27, 2013.

MARTINS, M. A. **Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, M. A.; MEISNITZER, B.; SCHEIDT, G.H. **Revisitando as relativas oblíquas na diacronia do português brasileiro e europeu: interinfluências entre PB e PE na constituição de uma norma?**. 2017, no prelo.

MARTINS, M. A. R. **A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro**. In: Cyrino, Sonia & Maria A. Torres Morais. (Org.). *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2018, v. IV, p. 150-209.

MATEUS, M.H. M. et al. – **Gramática da Língua Portuguesa**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Caminho – Coleção Universitária / Série LINGUÍSTICA, 2003.

MATTOS e SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MIOTO, Carlos. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, M. H. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Unesp, 2000.

PAGOTTO, E. **Crioulo sim, crioulo não: uma agenda de problemas**. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Morais; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, v. , pp. 461-482.

PERES, J; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1995.

PERRONI, M.C. **As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro**. *DELTA*, 17:1, 59-79, 2001.

RAPOSO, E. et al. (orgs). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROMAINE, S. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

SILVA, H. S. **Aprendizagem no uso das relativas convencionais**. Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, n. 6, p. 165-180, 2009.

TARALLO, F. **Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias**. In: A. Castilho; Maria Aparecida T. Morais; R. E. V. Lopes & S. M. L. Cyrino. (Org.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas: Pontes, 2007, v. , pp. 35-68.

TARALLO, F. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. **Estratégias de relativização no português brasileiro**. 1983.

TARALLO, F.; KATO, M. A. **Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística**. *Diadorim – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ*, vol. 2, p. 13-42, 2007 [1989]. (Reedição do original publicado em *Preedição*, 5. Campinas, UNICAMP, 1989.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. [tradução de Marcos Bagno] São Paulo: Parábola, 2006.